

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

	Notas	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
<u>ATIVO</u>				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	149.269	192.602	236.788
Contas a receber de clientes e outros	6	631.689	677.858	821.851
Títulos e valores mobiliários	7	2.023	6.761	26.233
Recursos CDE	8	10.758	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	98.666	56.942	56.276
Estoques		6.979	6.324	5.190
Despesas pagas antecipadamente		8.140	1.688	2.307
Serviços em curso	10	11.411	13.014	10.305
Outros ativos circulantes	11	16.025	35.856	19.982
TOTAL DO CIRCULANTE		934.960	991.045	1.178.932
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes e outros	6	146.372	245.597	415.170
Títulos e valores mobiliários	7	6.391	2.803	8.034
Impostos e contribuições a recuperar	9	19.152	17.689	14.490
Impostos e contribuições diferidos	12	324.564	384.296	343.168
Depósitos judiciais	13	47.853	36.865	30.520
Entidade de Previdência Privada	33	543	-	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	14	356.549	257.900	113.475
Outros ativos não circulantes	11	2.158	2.158	2.158
Investimentos		2.734	2.734	2.467
Intangível	15	1.950.077	1.834.711	1.712.087
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.856.393	2.784.753	2.641.569
TOTAL DO ATIVO		3.791.353	3.775.798	3.820.501

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
			<u>(Reapresentado)</u>	<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE				
Fornecedores	16	349.048	350.775	261.396
Empréstimos e financiamentos	17	129.106	173.501	168.648
Debêntures	18	6.838	103.750	194.330
Salários e encargos a pagar	19	26.129	23.043	18.289
Taxas regulamentares	20	18.625	18.785	29.290
Impostos e contribuições a recolher	21	106.283	106.177	113.540
Dividendos e juros sobre capital próprio	22	165	4.114	22.653
Provisões	23	10.090	17.187	8.904
Entidade de previdência privada	33	16.331	16.298	15.233
Outros passivos circulantes	24	101.056	127.558	54.572
TOTAL DO CIRCULANTE		763.671	941.188	886.855
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	16	34.745	39.148	23.994
Empréstimos e financiamentos	17	720.266	587.417	559.447
Debêntures	18	359.611	359.299	456.782
Taxas regulamentares	20	24.000	43.213	38.297
Impostos e contribuições a recolher	21	-	-	1.654
Provisões	23	58.227	50.883	51.659
Entidade de previdência privada	33	257.217	347.306	266.165
Outros passivos não circulantes	24	25.024	21.621	7.670
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.479.090	1.448.887	1.405.668
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25			
Capital social		590.174	590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080	558.080
Reservas de lucros		409.014	401.107	386.776
Outros resultados abrangentes		24.805	(42.469)	23.015
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	11.337	58.050
Prejuízo acumulado		(33.481)	(132.506)	(88.117)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.548.592	1.385.723	1.527.978
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.791.353	3.775.798	3.820.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u> (Reapresentado)
RECETA LÍQUIDA	26	3.283.509	3.545.861
CUSTO DO SERVIÇO	27	<u>(2.666.392)</u>	<u>(2.837.100)</u>
LUCRO BRUTO		617.117	708.761
Despesas com vendas	27	(233.688)	(484.549)
Despesas gerais e administrativas	27	<u>(166.765)</u>	<u>(174.970)</u>
LUCRO OPERACIONAL		216.664	49.242
Resultado financeiro		<u>(79.790)</u>	<u>(93.785)</u>
Receitas financeiras	28	118.060	117.783
Despesas financeiras	28	<u>(197.850)</u>	<u>(211.568)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		136.874	(44.543)
Imposto de renda e contribuição social		<u>(30.111)</u>	<u>15.282</u>
Corrente	12	(12.775)	553
Diferido	12	(7.392)	33.217
Imposto de renda - SUDENE	12	7.738	12
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	12	<u>(17.682)</u>	<u>(18.500)</u>
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>106.763</u>	<u>(29.261)</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:			
Ordinária		1,4295	(0,3918)
Preferencial A		1,4295	(0,3918)
Preferencial B		1,5724	(0,4309)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
		<u>(Reapresentado)</u>
Lucro/(prejuízo) do período	106.763	(29.261)
Outros resultados abrangentes		
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	101.930	(77.682)
Tributos s/ ganhos (perdas)	<u>(34.656)</u>	<u>26.412</u>
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	67.274	(51.270)
 Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	 <u>174.037</u>	 <u>(80.531)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas				
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	590.174	30.077	454.999	73.004	268.511	118.035	-	230	23.015	(88.117)	58.050	1.527.978
Constituição de Reserva de Lucro							14.214		(14.214)			-
Reversão de Dividendos Prescritos								105			(58.050)	105
Aprovação da proposta de dividendos adicional											(58.050)	(58.050)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	14.214	105	(14.214)	-	(58.050)	(57.945)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.261)	-	(29.261)
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.682)	-	-	(77.682)
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	-	26.412	-	-	26.412
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.270)	-	-	(51.270)
Destinações:												
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	12	-	-	-	-	(12)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.779)	-	(3.779)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.337)	11.337	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	590.174	30.077	454.999	73.004	268.523	118.035	14.214	335	(42.469)	(132.506)	11.337	1.385.723
Reversão de Dividendos Prescritos								169			(11.337)	169
Aprovação da proposta de dividendos adicional											(11.337)	(11.337)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	169	-	-	(11.337)	(11.168)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-		106.763	-	106.763
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	-	101.930		-	101.930
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.656)		-	(34.656)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	67.274	-	-	67.274
Destinações:												
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	7.738	-	-	-	-	(7.738)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	590.174	30.077	454.999	73.004	276.261	118.035	14.214	504	24.805	(33.481)	-	1.548.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ref.:	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social	136.874	(44.541)
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização	(*) 153.251	187.683
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	150.825	142.184
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(14.860)	(18.060)
Valor residual do ativo intangível baixado	12.247	53.588
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	29.922	29.393
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	37.389	314.363
	<u>505.648</u>	<u>664.610</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	108.005	(797)
IR e CSLL a recuperar	(11.973)	14.043
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(18.854)	(5.245)
Estoques	(655)	(1.134)
Depósitos judiciais	(9.747)	(5.375)
Despesas pagas antecipadamente	(6.452)	619
Entidade de previdência privada	(543)	-
Outros ativos	1.422	(38.810)
	<u>61.203</u>	<u>(36.700)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(6.130)	104.533
Salários e encargos a pagar	3.086	4.754
Encargos de dívidas e swap pagos	(167.037)	(93.849)
Taxas regulamentares	(19.373)	(5.589)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(17.397)	(11.588)
Impostos e contribuições a recolher	106	(9.017)
Indenizações/contingências pagas	(33.544)	(30.540)
Entidade de previdência privada	(4.093)	22.851
Outros passivos	(23.099)	86.937
	<u>(267.481)</u>	<u>68.492</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>299.370</u>	<u>696.402</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	-	(269)
Aquisição de intangível	(380.605)	(513.078)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(204.314)	(197.200)
Resgate de títulos e valores mobiliários	205.779	222.693
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(379.140)</u>	<u>(487.854)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	242.992	146.183
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(118.687)	(143.528)
Amortização do principal de debêntures	(97.959)	(182.959)
Obrigações vinculadas	25.208	7.833
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(15.117)	(80.263)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>36.437</u>	<u>(252.734)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>(43.333)</u>	<u>(44.186)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	192.602	236.788
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	149.269	192.602
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>(43.333)</u>	<u>(44.186)</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ref.:	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	4.539.295	5.049.177
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(105.070)	(388.275)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	2.416	(1.734)
	4.436.641	4.659.168
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (2.007.213)	(1.879.573)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*) (123.664)	(249.036)
Matérias-primas consumidas	(*) (8.111)	(4.550)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*) (682.174)	(822.571)
	(2.821.162)	(2.955.730)
Valor adicionado bruto	1.615.479	1.703.438
Amortização	(*) (153.251)	(187.683)
	-	-
Valor adicionado líquido	1.462.228	1.515.755
Receitas financeiras	118.060	117.783
Valor adicionado total a distribuir	1.580.288	1.633.538
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	91.980	59.979
Encargos sociais (exceto INSS)	20.388	18.684
Entidade de previdência privada	14.610	13.352
Auxílio alimentação	10.380	9.659
Convênio assistencial e outros benefícios	5.105	5.221
Despesas com desligamento	6.828	8.644
Férias e 13º salário	21.342	20.255
Plano de saúde	10.018	3.260
Indenizações trabalhistas	916	3.318
Participação no resultado	12.559	9.835
Administradores	2.539	3.298
Encerramento de ordem em curso	1.325	1.285
(-) Transferência para Ordens	(39.784)	(39.610)
Subtotal	158.206	117.180
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	21.910	21.727
ICMS	835.003	894.149
PIS/COFINS sobre faturamento	174.714	230.625
Imposto de renda e contribuição social	30.111	(15.281)
Obrigações intra-setoriais	49.779	196.432
Outros	3.851	4.287
Subtotal	1.115.368	1.331.939
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	197.850	211.568
Aluguéis	(*) 2.101	2.112
Subtotal	199.951	213.680
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos distribuídos	-	3.779
Dividendos propostos	-	11.337
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	7.738	12
Absorção do prejuízo (Exercícios anteriores)	132.506	88.117
Prejuízo	(33.481)	(132.506)
Subtotal	106.763	(29.261)
Valor adicionado distribuído	1.580.288	1.633.538

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ou Companhia, sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², regulado pelo Contrato de Concessão nº 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Distribuição	Municípios	Localidade	Data da Concessão	Data de Vencimento
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/3/2000	30/3/2030
	1	Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE	30/3/2000	30/3/2030
	1	Estado da Paraíba	30/3/2000	30/3/2030

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter usina com as seguintes especificações:

Geração	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada (MW)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE	4,08	1,60	21/12/1989	21/12/2019

Pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita faturada

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada visando adequar as leituras ao período de competência, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

c) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

d) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social (“IR e CS”) são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal SUDENE), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 25).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é integralmente reconhecido. O reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a não adoção antecipada pode resultar em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio e dividendos pagos excedentes ao Lucro tributável. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

2.5 - Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro de concessão.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 31).

Os instrumentos financeiros derivativos designados são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos e durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

2.8 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 - Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

2.10 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

2.11 – Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.12 – Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.13 – Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A atualização monetária do ativo financeiro incide apenas sobre a base blindada, reconhecida no resultado é efetuada mensalmente, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no resultado. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada quatro anos, (próxima revisão tarifária prevista para abril de 2017) o ativo financeiro, base incremental, poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

2.14 – Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis e a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos

ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 15).

2.15 - Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essa avaliação é efetuada com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.16 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC's 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.17 – Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 extinguiu a arrecadação do RGR.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 extinguiu a arrecadação da CCC.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 reduziu em 75% a arrecadação da CDE.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.18 - Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.19 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, os quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.20 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

Eventuais déficits ou superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

2.21 – Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.22 – Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.23 – Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.24 – Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, este na esfera estadual.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avançados entre as partes.

2.25 – Segmento de negócios

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 – Operating segments, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

2.26 – Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

2.27 – Novos pronunciamentos contábeis

2.27.1 – Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2013

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1º de janeiro de 2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes pronunciamentos e interpretações:

CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 696, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovação do CFC em 25 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados - aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovação pelo CFC em 30 de janeiro de 2013). A revisão desta norma engloba alterações como a remoção do mecanismo do corredor, o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano e esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações. Entrando em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. A Companhia adotou a norma, tendo como impacto o reconhecimento da remoção do mecanismo do corredor no Patrimônio Líquido.

CPC 36 (R3) / IFRS 10 (IASB - BV 2012) - Demonstrações Consolidadas – aprovado pela Deliberação CVM nº 698, de 20 de dezembro de 2012 (Aprovação pelo CFC em 30 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 44 - Demonstrações Combinadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 708, de 02 de maio de 2013. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 45 / IFRS 12 (IASB - BV 2012) - Divulgação de Participações em Outras Entidades - aprovado pela Deliberação CVM nº 697, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovado pelo CFC em 25 de janeiro de 2013) . A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - aprovado pela Deliberação CVM nº 699, de 20 de dezembro de 2012 (Aprovado pelo CFC em 25 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma – aprovado pela Deliberação CVM nº 709 de 02 de maio de 2013. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.28 – Reapresentação dos valores correspondentes

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

- (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infraestrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a Companhia realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência dessa revisão a Companhia procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

Em 2013 os registros contábeis para reconhecimento dos ativos estão em consonância com as referidas normas societárias.

- (c) Correção de erro no reconhecimento do diferencial de energia comercializada proveniente da Eletronuclear.

A Lei nº 12.111 de 09/12/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear e estabeleceu que o pagamento à Eletronuclear da

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 fosse rateado entre todas as distribuidoras.

A Resolução homologatória nº 1.406 de 21/12/2012 definiu os valores do diferencial a ser pago à Eletronuclear por cada distribuidora nos anos de 2013 a 2015 e estabeleceu a cobertura tarifária por meio de um componente financeiro a ser considerado nos processos tarifários.

Esse custo de energia adicional no montante de R\$ 15.441 foi reconhecido em 31 de dezembro de 2012.

(d) Reclassificações

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012:

Balancos patrimoniais de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012.

ATIVO		01/01/12	CPC 33 (R1)	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	01/01/12	31/12/12	CPC 33 (R1)	RH 1406/12 Energia Eletromuclear	Base de Remuneração Regulatória	31/12/12
		<u>(Divulgado)</u>				<u>(Reapresentado)</u>	<u>(Divulgado)</u>				<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE											
Contas a receber de clientes e outros	(a)	815.392	-	-	6.459	821.851	677.858	-	-	-	677.858
Impostos e contribuições a recuperar	(b)	53.433	-	-	2.843	56.276	56.942	-	-	-	56.942
Despesas pagas antecipadamente	(b) / (c)	5.161	-	-	(2.854)	2.307	1.688	-	-	-	1.688
Serviços em curso	(d)	58.851	-	-	(48.546)	10.305	13.014	-	-	-	13.014
Outros ativos circulantes	(a) / (c)	294.641	-	-	(6.448)	288.193	241.544	-	-	-	241.544
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>1.227.478</u>			<u>(48.546)</u>	<u>1.178.932</u>	<u>991.045</u>	-	-	-	<u>991.045</u>
NÃO CIRCULANTE											
Títulos e valores mobiliários	(e)	57.838	-	-	(49.804)	8.034	2.803	-	-	-	2.803
Impostos e contribuições diferidos	(f)	164.541	(4.533)	16.784	166.376	343.168	322.767	21.878	5.250	34.401	384.296
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	(f)	212.392	-	-	(212.392)	-	-	-	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)		269.623	-	(156.148)	-	113.475	464.132	-	-	(206.232)	257.900
Outros ativos não circulantes		464.805	-	-	464.805	305.043	305.043	-	-	-	305.043
Intangível		1.660.840	-	51.247	-	1.712.087	1.785.195	-	-	49.516	1.834.711
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>2.830.039</u>	<u>(4.533)</u>		<u>(88.117)</u>	<u>2.641.569</u>	<u>2.879.940</u>	<u>21.878</u>	<u>5.250</u>	<u>(122.315)</u>	<u>2.784.753</u>
ATIVO TOTAL		<u>4.057.517</u>	<u>(4.533)</u>		<u>(144.366)</u>	<u>3.820.501</u>	<u>3.870.985</u>	<u>21.878</u>	<u>5.250</u>	<u>(122.315)</u>	<u>3.775.798</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		01/01/12	CPC 33 (R1)	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	01/01/12	31/12/12	CPC 33 (R1)	RH 1406/12 Energia Eletromuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	31/12/12
		<u>(Divulgado)</u>				<u>(Reapresentado)</u>	<u>(Divulgado)</u>				<u>(Reapresentado)</u>	
CIRCULANTE												
Fornecedores	(g)	260.609	-	-	787	261.396	318.791	-	2.323	-	29.661	350.775
Taxas regulamentares	(d) / (g)	63.990	-	-	(34.700)	29.290	48.446	-	-	-	(29.661)	18.785
Outros passivos circulantes		596.169	-	-	-	596.169	571.628	-	-	-	-	571.628
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>920.768</u>	-	-	<u>(33.913)</u>	<u>886.855</u>	<u>938.865</u>	-	<u>2.323</u>	-	-	<u>941.188</u>
NÃO CIRCULANTE												
Fornecedores		23.994	-	-	-	23.994	26.030	-	13.118	-	-	39.148
Empréstimos e financiamentos	(e)	609.251	-	-	(49.804)	559.447	587.417	-	-	-	-	587.417
Taxas regulamentares	(d)	52.930	-	-	(14.633)	38.297	43.213	-	-	-	-	43.213
Impostos e contribuições diferidos	(f)	46.016	-	-	(46.016)	-	-	-	-	-	-	-
Entidade de previdência privada		279.499	(13.334)	-	-	266.165	282.959	64.347	-	-	-	347.306
Outros passivos não circulantes		517.765	-	-	-	517.765	431.803	-	-	-	-	431.803
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>1.529.455</u>	<u>(13.334)</u>	-	<u>(110.453)</u>	<u>1.405.668</u>	<u>1.371.422</u>	<u>64.347</u>	<u>13.118</u>	-	-	<u>1.448.887</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO												
Outros resultados abrangentes		14.214	8.801	-	-	23.015	-	(42.469)	-	-	-	(42.469)
Prejuízo acumulado		-	-	(88.117)	-	(88.117)	-	-	(10.191)	(122.315)	-	(132.506)
Outros PL		1.593.080	-	-	-	1.593.080	1.560.698	-	-	-	-	1.560.698
Total do patrimônio líquido		<u>1.607.294</u>	<u>8.801</u>	<u>(88.117)</u>	-	<u>1.527.978</u>	<u>1.560.698</u>	<u>(42.469)</u>	<u>(10.191)</u>	<u>(122.315)</u>	-	<u>1.385.723</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		<u>4.057.517</u>	<u>(4.533)</u>	<u>(88.117)</u>	<u>(144.366)</u>	<u>3.820.501</u>	<u>3.870.985</u>	<u>21.878</u>	<u>5.250</u>	<u>(122.315)</u>	-	<u>3.775.798</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reclassificações para melhor apresentação:

- (a) Reclassificação da Subvenção à baixa renda - tarifa social da linha de outros ativos circulantes para a linha de contas a receber de clientes e outros;
- (b) Reclassificação das contas PIS Efetivo e COFINS Efetivo, da linha de despesas pagas antecipadamente para a linha de impostos e contribuições a recuperar;
- (c) Reclassificação da conta encargos financeiros da linha de despesas pagas antecipadamente para a linha de outros ativos circulantes;
- (d) Os gastos relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares;
- (e) Reclassificação de Títulos e valores mobiliários para apresentação líquida de empréstimos e financiamentos;
- (f) Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;
- (g) Reclassificação do Encargo do Serviço do Sistema – ESS da linha de taxas regulamentares para a linha de fornecedores.

Demonstrações do Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

31/12/12					
	Publicado	RH 1406/12 Energia Eletro nuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	3.545.861	-	-	-	3.545.861
CUSTO DO SERVIÇO	(2.779.872)	(15.441)	(41.787)	-	(2.837.100)
LUCRO BRUTO	765.989	(15.441)	(41.787)	-	708.761
Despesas com vendas	(509.714)	-	-	25.165	(484.549)
Despesas gerais e administrativas	(174.970)	-	-	-	(174.970)
LUCRO OPERACIONAL	81.305	(15.441)	(41.787)	25.165	49.242
Resultado financeiro	(58.592)	-	(10.028)	(25.165)	(93.785)
Receitas financeiras	127.811	-	(10.028)	-	117.783
Despesas financeiras	(186.403)	-	-	(25.165)	(211.568)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.713	(15.441)	(51.815)	-	(44.543)
Imposto de renda e contribuição social	(7.585)	5.250	17.617	-	15.282
Corrente	553	-	-	-	553
Diferido	10.350	5.250	17.617	-	33.217
Imposto de renda - SUDENE	12	-	-	-	12
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	(18.500)	-	-	-	(18.500)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	15.128	(10.191)	(34.198)	-	(29.261)

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Reclassificação do passivo atuarial do operacional para a financeira.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido referentes 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012.

	Em 01/01/12					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	590.174	558.080	444.826	14.214	-	1.607.294
Efeitos CPC 33 (R1)	-	-	-	8.801	-	8.801
Base de Remuneração Regulatória	-	-	-	-	(88.117)	(88.117)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	590.174	558.080	444.826	23.015	(88.117)	1.527.978

	Em 31/12/12					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	590.174	558.080	412.444	-	-	1.560.698
Efeitos CPC 33 (R1)	-	-	-	(42.469)	-	(42.469)
RH 1406/12 Energia Eletronuclear	-	-	-	-	(10.191)	(10.191)
Base de Remuneração Regulatória	-	-	-	-	(122.315)	(122.315)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	590.174	558.080	412.444	(42.469)	(132.506)	1.385.723

Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	31/12/12				
	Publicado	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
Receitas	4.659.168	-	-	-	4.659.168
Insumos adquiridos de terceiros					
Energia elétrica comprada para revenda	(1.910.691)	(15.441)	-	46.559	(1.879.573)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(202.477)	-	-	(46.559)	(249.036)
Outros	(827.121)	-	-	-	(827.121)
	<u>(2.940.289)</u>	<u>(15.441)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.955.730)</u>
Valor adicionado bruto	1.718.879	(15.441)	-	-	1.703.438
Amortização	(145.896)	-	(41.787)	-	(187.683)
Receitas financeiras	127.811	-	(10.028)	-	117.783
Valor adicionado total a distribuir	1.700.794	(15.441)	(51.815)	-	1.633.538
Pessoal					
Remunerações	85.144	-	-	(25.165)	59.979
Outros	<u>57.202</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57.202</u>
	<u>142.346</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.165)</u>	<u>117.181</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Imposto de renda e contribuição social	7.586	(5.250)	(17.617)	-	(15.281)
Outros	<u>1.347.219</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.347.219</u>
	<u>1.354.805</u>	<u>(5.250)</u>	<u>(17.617)</u>	<u>-</u>	<u>1.331.938</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros					
Juros e variações cambiais	186.403	-	-	25.165	211.568
Aluguéis	<u>2.112</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.112</u>
	<u>188.515</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.165</u>	<u>213.680</u>
Remuneração de Capitais Próprios					
Absorção do prejuízo (Exercícios anteriores)	-	-	88.117	-	88.117
Lucro/(prejuízo)	-	(10.191)	(122.315)	-	(132.506)
Outros	<u>15.128</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.128</u>
	<u>15.128</u>	<u>(10.191)</u>	<u>(34.198)</u>	<u>-</u>	<u>(29.261)</u>
Valor adicionado distribuído	1.700.794	(15.441)	(51.815)	-	1.633.538

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	31/12/12				
	Publicado	RH1406/12 Energia Eletromuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro/prejuízo do período antes do imposto de renda e contribuição social	22.713	(15.441)	(51.813)	-	(44.541)
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Amortização	145.897	-	41.786	-	187.683
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	142.694	-	-	(510)	142.184
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(23.790)	-	5.730	-	(18.060)
Valor residual do ativo intangível baixado	7.312	-	46.276	-	53.588
Outros	343.756	-	-	-	343.756
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	638.582	(15.441)	41.979	(510)	664.610
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS					
IR e CSLL a recuperar	13.533	-	-	510	14.043
Outros ativos	38.381	-	(41.979)	(35.213)	(38.810)
Outros	(11.932)	-	-	-	(11.932)
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	39.982	-	(41.979)	(34.703)	(36.700)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS					
Fornecedores	60.218	15.441	-	28.874	104.533
Taxas regulatórias	23.285	-	-	(28.874)	(5.589)
Entidade de previdência privada	(12.362)	-	-	35.213	22.851
Outros	(53.303)	-	-	-	(53.303)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	17.838	15.441	-	35.213	68.492
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	696.402	-	-	-	696.402
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(487.854)	-	-	-	(487.854)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(252.734)	-	-	-	(252.734)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(44.186)	-	-	-	(44.186)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	236.788	-	-	-	236.788
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	192.602	-	-	-	192.602
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(44.186)	-	-	-	(44.186)

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1 - Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e efetuou os ajustes necessários (vide nota explicativa nº 2.28).

3.2 - Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Bifurcação dos bens da concessão do serviço público – ativo financeiro indenizável e ativo intangível

A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor novo de reposição) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor novo de reposição ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteado pela ICPC-01(IFRIC-12).

b) Contratos de construção

Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.

Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

f) Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

4. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO

O Contrato de Concessão nº 026/2000, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Celpe define a periodicidade para os processos de revisão tarifária. Em 29 de abril de 2013 entraram em vigor as novas tarifas, reconstruídas pelo processo da terceira revisão tarifária periódica.

As metodologias aplicáveis ao 3º ciclo de revisões tarifárias periódicas - 3CRTP foram definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável. Ambos os módulos foram aprovados em novembro de 2011 por meio das Resoluções ANEEL nºs 457/2011 e 464/2011.

A taxa de remuneração regulatória (WACC) incluída na tarifa cobrada aos clientes da Companhia foi de 11,36% antes dos impostos e corresponde à remuneração dos ativos que compõem a infraestrutura da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível).

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.519 de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 0,18%, sendo 1,60% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,42% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 1,32% percebido pelos consumidores cativos.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2013 com vigência até 28 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de 0,19%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o efeito médio foi de 1,97%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidem nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.783/2013.

O Despacho ANEEL nº 1.102 de 12 de abril de 2013 estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição e da Geração de R\$ 2.173.352.

Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória foi registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL e os impactos societários estão contemplados nessas demonstrações intermediárias através da reclassificação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	17.150	13.459	12.316
Aplicações financeiras de liquidez imediata:			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5.463	20.229	3.205
Fundos de investimento	126.655	158.914	221.267
	<u>149.269</u>	<u>192.602</u>	<u>236.788</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 95% a 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Consumidores	(a)	1.216.143	1.301.184	1.345.253
Títulos a receber	(b)	22	2.214	2.257
Comercialização de energia na CCEE	(c)	28.557	53.063	27.447
Disponibilização do sistema de distribuição		14.787	19.779	15.273
Serviços prestados a terceiros		2.403	2.472	2.739
Serviços taxados e administrativos		47.036	51.100	63.140
Subvenções	(d)	57.418	33.296	6.459
Outros créditos		27.215	38.477	38.219
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(615.520)	(578.130)	(263.766)
Total		778.061	923.455	1.237.021
Circulante		631.689	677.858	821.851
Não circulante		146.372	245.597	415.170

(a) Consumidores

	Saldo vincendo	Saldo vencido		Total			PCLD		
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Setor privado									
Residencial	104.518	51.072	418.446	574.037	612.222	648.148	(419.854)	(412.510)	(141.145)
Industrial	56.614	5.250	82.547	144.411	143.936	157.710	(81.023)	(63.809)	(45.505)
Comercial, serviços e outras	75.202	14.481	57.827	147.509	165.092	171.912	(48.660)	(45.348)	(25.507)
Rural	13.536	5.852	52.699	72.088	81.124	76.682	(26.480)	(24.845)	(28.491)
	249.870	76.656	611.519	938.045	1.002.374	1.054.452	(576.017)	(546.512)	(240.648)
Setor público									
Poder público									
Federal	7.440	2.011	2.728	12.178	11.358	11.718	(1.546)	(1.155)	(1.358)
Estadual	8.129	281	722	9.132	15.339	15.724	(1.471)	(1.099)	(1.292)
Municipal	78.726	5.597	7.401	91.723	100.533	105.425	(5.400)	(5.649)	(12.464)
	94.294	7.888	10.850	113.033	127.230	132.867	(8.417)	(7.903)	(15.114)
Iluminação pública	9.657	3.675	8.383	21.715	28.329	35.280	(7.182)	(2.386)	(1.783)
Serviço público	20.643	1.053	6.861	28.557	31.482	37.826	(5.222)	(595)	(4.274)
Fornecimento não faturado	114.793	-	-	114.793	111.769	84.828	-	-	-
Total	489.257	89.273	637.614	1.216.143	1.301.184	1.345.253	(596.838)	(557.396)	(261.819)
Circulante				1.077.398	1.064.199	960.958	(585.641)	(541.675)	(96.985)
Não circulante				138.745	236.985	384.295	(11.197)	(15.721)	(164.834)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

	Saldo vincendos	Vencidos		Total			PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/12	01/01/12
Setor público	15	5	2	22	66	110	(27)	(44)
Setor privado	-	-	-	-	2.148	2.147	(2.025)	(1.903)
Total	<u>15</u>	<u>5</u>	<u>2</u>	<u>22</u>	<u>2.214</u>	<u>2.257</u>	<u>(2.052)</u>	<u>(1.947)</u>
Circulante				22	1.662	1.255	(1.555)	(1.104)
Não circulante				-	552	1.002	(497)	(843)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 28.557 (R\$ 53.063 em 2012 e R\$ 27.447 em 1º de janeiro 2012).

(d) Subvenções

Baixa Renda – Tarifa Social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 é R\$ 32.190, (R\$ 33.296 em 2012 e R\$ 6.459 em 2011), relativo às subvenções dos meses de novembro (R\$ 16.007) e dezembro (R\$ 16.183) de 2012.

CDE

Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 25.228, relativo à subvenção de outubro a dezembro de 2013 no valor mensal de R\$ 8.409.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Duas mudanças impactaram nas estratégias de cobrança da Companhia, conforme descrito a seguir: a) as decorrentes das regras comerciais promovidas pela Resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições aos cortes de consumidores inadimplentes; b) os reflexos da Lei 12.212/10 e Decreto 7.583/11, que impactaram a política de diferenciação de tarifas existentes para o grupo de baixa renda, visto que antes a análise era realizada anteriormente, considerando tão somente o consumo em kWh ou a auto declaração para determinar se o cliente era apto ou não a receber a tarifa diferenciada. Com a referida Lei, passou a ser exigido o seu efetivo cadastramento nos planos sociais do Governo, o NIS – Número de Identificação Social, o BPC – Benefício de Prestação Continuada ou NB – Número do Benefício. Tal alteração desencadeou o descredenciamento de mais de 770 mil clientes, que passaram a ter sua fatura com a tarifa cheia, além de pagar o ICMS, encarecendo a conta de energia desse segmento de clientes, e levando a Companhia a deixar de receber a respectiva subvenção.

Do total de clientes da Celpe, que corresponde a cerca de 3,2 milhões de consumidores, a Companhia, preventivamente, selecionou um grupo de clientes com perfil vulnerável às

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mudanças acima citadas, definindo uma estratégia específica de cobrança. Este grupo foi denominado de Conjunto Monitorado, correspondendo a cerca de 360 mil clientes. Nesse conjunto a maior concentração era de clientes da classe residencial e dentro desta classe, a maioria possuía perfil de baixo consumo de energia.

A Administração da Companhia, através de seus órgãos representativos – Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além do Comitê de Auditoria, baseada em sua experiência das perdas efetivas da Companhia e em seu melhor entendimento do cenário econômico e regulatório, ainda em 2011, resolveu dar um tratamento especial aos clientes mais vulneráveis às mudanças regulatórias e legais já mencionadas acima.

O Conjunto Monitorado seguiu seu cronograma de cobrança previsto e durante 2012 os lotes foram devidamente acionados, e todas as ações de cobrança realizadas. Não houve nenhuma alteração da política de contabilização da PCLD em 2012, tão somente o cumprimento do cronograma inicialmente previsto e iniciado em julho de 2011 e finalizado em dezembro de 2012. Os clientes acionados que não responderam as ações de cobrança, tiveram seus débitos lançados integralmente à PCLD.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de parcelamento e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
SalDOS em 01 de janeiro de 2012	(261.819)	(1.947)	-	(263.766)
Adições	(351.328)	(502)	(18.682)	(370.512)
Reversões	55.751	397	-	56.148
SalDOS em 31 de dezembro de 2012	(557.396)	(2.052)	(18.682)	(578.130)
Adições	(48.671)	-	-	(48.671)
Reversões	9.229	2.052	-	11.281
SalDOS em 31 de dezembro de 2013	(596.838)	-	(18.682)	(615.520)

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Banco do Brasil		Fundo BB Polo	(*)	CDI	1.061	-	17.750
Banco Itaú		CDB	jul-12	CDI	-	-	126
Banco Itaú	(a)	CDB	out-13	CDI	-	-	307
Bradesco	(a)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	4	1.119	7.502
Bradesco	(a)	LFT	mar-13	CDI	517	22	226
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	103	5.230	224
Caixa Econômica Federal		LFT	diversos	CDI	-	-	6.261
Votorantim	(a)	CDB	dez-12	CDI	-	-	112
Votorantim	(a)	CDB	dez-12	CDI	-	-	1.194
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	-	1.397	565
Banco Itaú	(a)	CDB	jul-13	CDI	72	68	-
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	1.684	-
Votorantim	(a)	CDB	dez-13	CDI	21	44	-
Bradesco	(a)	LFT	diversos	CDI	765	-	-
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	5.871	-	-
Total					<u>8.414</u>	<u>9.564</u>	<u>34.267</u>
Circulante					2.023	6.761	26.233
Não circulante					6.391	2.803	8.034

(a) Constituem garantia para leilão de energia.

(*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 01 de janeiro de 2012	34.267
Aplicações	197.200
Resgates	(222.693)
Remuneração	790
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>9.564</u>
Aplicações	204.314
Resgates	(205.779)
Remuneração	315
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u><u>8.414</u></u>

8. RECURSOS CDE

	Ref.	31/12/13
Encargos de serviço de sistema	(a)	2.876
Risco hidrológico	(b)	7.882
Total		<u><u>10.758</u></u>

A partir de outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoeletricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário.

Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorreram ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à ANEEL a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

(a) Encargo do Serviço do Sistema

Custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;

(b) Risco Hidrológico

Valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e

(c) Frustração de cotas

Custo da exposição no mercado de curto prazo em função da frustração dos montantes das cotas, em decorrência da não adesão à renovação de algumas usinas.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Circulante				
Imposto de renda - IR	(a)	30.712	15.044	20.898
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	19.082	10.417	5.943
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	23.600	17.397	16.494
Programa de integração social - PIS	(c)	3.515	1.722	1.226
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	16.275	7.949	8.112
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		5.015	3.998	3.258
Imposto sobre serviços - ISS		467	415	345
		<u>98.666</u>	<u>56.942</u>	<u>56.276</u>
Não circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	19.152	17.689	14.490
Total		<u>117.818</u>	<u>74.631</u>	<u>70.766</u>

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade, conforme disposto no Parecer SRFB Cosit nº 27/2008.

10. SERVIÇOS EM CURSO

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Serviço próprio	1.991	3.092	3.264
Serviços prestados a terceiros	7.880	8.637	5.921
Transf. fabric. reparo de materias	1.540	1.285	1.120
Total	<u>11.411</u>	<u>13.014</u>	<u>10.305</u>

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 24 – Outros Passivos).

11. OUTROS ATIVOS

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Adiantamentos a empregados		755	812	1.288
Adiantamentos a fornecedores	(a)	8	15.008	13
Serviços prestados a terceiros		2.759	4.198	4.930
Alienações em curso		1.120	2.037	1.614
RGR a compensar		-	-	114
Precatório - Finsocial/PAES	(b)	5.145	5.086	5.030
Cobrança extra judicial	(c)	5.590	5.590	5.590
Uso mútuo de postes		489	2.998	1.329
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638	1.638
Outros créditos a receber		679	647	594
Total		<u>18.183</u>	<u>38.014</u>	<u>22.140</u>
Circulante		16.025	35.856	19.982
Não circulante		2.158	2.158	2.158

(a) Valor de adiantamento as cooperativas, referente à aquisição dos seus ativos pela Celpe, conforme acordo firmado em 06 de setembro de 2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Valores de débitos incluídos indevidamente pela Receita Federal do Brasil – RFB que já reconheceu o nosso direito, porém realizou a compensação de ofício de débitos pendentes de forma indevida. Apresentamos inconformidade com a compensação de tais débitos e será realizada nova análise pela RFB. Após novo despacho é que poderemos compensar o crédito.

(c) Cobrança extrajudicial referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Imposto de renda e contribuição social	(I)	148.355	190.405	130.776
Diferido ativo		148.355	216.411	176.792
Diferido passivo		-	(26.006)	(46.016)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(II)	176.209	193.891	212.392
Total		<u>324.564</u>	<u>384.296</u>	<u>343.168</u>

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída a alíquota de 9%.

No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo					
	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda						
Prejuízos fiscais	41.820	10.454	62.343	15.586	-	-
Diferenças temporárias	<u>399.782</u>	<u>99.945</u>	<u>485.459</u>	<u>121.365</u>	<u>387.496</u>	<u>96.874</u>
	441.602	110.399	547.802	136.951	387.496	96.874
Contribuição Social						
Prejuízos fiscais	41.820	3.763	62.343	5.611	-	-
Diferenças temporárias	<u>379.928</u>	<u>34.193</u>	<u>531.592</u>	<u>47.843</u>	<u>376.685</u>	<u>33.902</u>
	421.748	37.956	593.935	53.454	376.685	33.902
Total		<u>148.355</u>		<u>190.405</u>		<u>130.776</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	84.859	84.859	76.716	76.716	55.087	55.087
Provisão para passivo atuarial	270.955	270.955	360.234	360.234	278.337	278.337
Provisão para demissão voluntária	79	79	1.032	1.032	927	927
Provisão jurídicas	68.317	68.317	68.070	68.070	60.564	60.564
Provisão PLR	8.324	8.324	4.900	4.900	2.541	2.541
Prejuízo fiscal	41.820	41.820	62.343	62.343	-	-
Incentivo fiscal Sudene	19.854	-	29.396	-	-	-
Ajuste BRR	-	-	70.337	70.337	-	-
Direito de Uso da Concessão Rec. Ultrapassagem	16.050	16.050	-	-	-	-
Ajustes RTT	-	-	-	-	-	-
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	-	-	25	25
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	-	-	-	-	27.827	27.827
Ativos e passivos regulatórios	93.503	93.503	22.345	22.345	61.593	61.593
Encerramento de ordem de serviço	2.592	2.592	7.074	7.074	-	-
Outros ajustes de RTT	-	-	46.155	46.155	-	-
Outros	9.403	9.403	3.615	3.615	14.425	3.614
Total Ativo	615.755	595.901	752.217	722.821	501.326	490.515
Passivo (-)						
Ajustes RTT	-	-	(43)	(43)	-	-
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	(43)	(43)	-	-
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(14.666)	(14.666)	(45.327)	(45.327)	-	-
Ajuste da quota anual de amortização	-	-	-	-	(1.654)	(1.654)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo como IFRS	(65.642)	(65.642)	(59.965)	(59.965)	(48.636)	(48.636)
Ativos e passivos regulatórios	(93.504)	(93.504)	(22.345)	(22.345)	(61.593)	(61.593)
Custo de captação	(342)	(342)	(1.206)	(1.206)	(1.947)	(1.947)
Outros	-	-	(75.529)	-	-	-
Total Passivo	(174.153)	(174.153)	(204.415)	(128.886)	(113.830)	(113.830)
Total Líquido	441.602	421.748	547.802	593.935	387.496	376.685

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Instrução CVM nº 371/2002.

A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrada a seguir:

	Ativo
2014	44.481
2015	25.259
2016	33.622
2017	31.700
2018	13.293
Total	148.355

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	31/12/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	136.874	136.874	(44.543)	(44.543)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(17.682)	(17.682)	(18.500)	(18.500)
Ajustes decorrentes do RTT	50.044	50.044	58.854	58.854
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	169.236	169.236	(4.189)	(4.189)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	42.309	15.231	(1.047)	(377)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	66	23	68	25
Multas indedutíveis	43	16	26	9
Depreciação veículos executivos	43	16	39	14
Excesso despesas previdenciárias	4.330	1.559	3.986	1.435
Participação no resultado	148	53	318	115
Outras adições	1.404	506	267	96
	6.034	2.173	4.704	1.694
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(8.581)	(3.089)	(8.978)	(3.232)
Incentivo fiscal SUDENE	(7.738)	-	(12)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(401)	-	-	-
Outras exclusões	(976)	(346)	(1.473)	(404)
	(17.696)	(3.435)	(10.463)	(3.636)
Imposto de renda e contribuição social no período	30.647	13.969	(6.806)	(2.319)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	972	352	-	-
Diferido de diferença temporária de RTT	(29.007)	(4.504)	(19.360)	(5.297)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.612	9.817	(26.166)	(7.616)
Corrente	1.544	3.493	(512)	(53)
Recolhidos e Pagos	7.301	10.096	5.560	6.028
Compensados e deduzidos	8.728	1.335	7.134	1.532
Impostos antecipados a recuperar	(14.485)	(7.938)	(13.206)	(7.613)
Diferido	1.068	6.324	(25.654)	(7.563)
	2.612	9.817	(26.166)	(7.616)

(a) Regime Tributário de Transição - RTT

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC’s: 00 Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

(II) Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n.ºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 são como segue:

Ágio - incorporado	1.494.454
Provisão constituída	(986.340)
Benefício fiscal	508.114
Amortização acumulada	(869.772)
Reversão acumulada	574.050
Saldos em 01 de janeiro de 2012	212.392
Amortização	(54.413)
Reversão	35.912
Saldos em 31 de dezembro de 2012	193.891
Amortização	(52.007)
Reversão	34.325
Saldos em 31 de dezembro de 2013	176.209
Ativo Não Circulante	176.209

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, desde agosto de 2001, em 336 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL n.º 192, de 31 de maio de 2001, conforme curva abaixo:

Curvas de amortização de ágio			
Ano	CELPE	Ano	CELPE
2013	0,03480	2021	0,02238
2014	0,03342	2022	0,02140
2015	0,03202	2023	0,02045
2016	0,02918	2024	0,01860
2017	0,02798	2025	0,01773
2018	0,02682	2026	0,01690
2019	0,02573	2027	0,01609
2020	0,02335	2028	0,01476

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Trabalhistas	15.076	8.437	7.172
Cíveis	20.574	16.715	12.955
Fiscais:	12.203	11.713	10.393
PIS / COFINS	1.080	946	111
Impostos municipais	3.582	3.283	2.844
INSS	1.147	1.090	1.032
IOF	6.265	6.265	6.265
Outros	129	129	141
Total	47.853	36.865	30.520

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 15).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Lei nº 12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.

A movimentação dos saldos referentes à concessão de serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 01 de janeiro de 2012		113.475
Baixas	(a)	(19.970)
Transferências		146.335
Atualização monetária / valor justo		<u>18.060</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>257.900</u>
Baixas		(2.394)
Transferências	(b) / (c)	86.183
Atualização monetária / valor justo		<u>14.860</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u><u>356.549</u></u>

- (a) Conforme mencionado na Nota 2, item 2.3, em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica a Companhia realizou uma revisão nos gastos capitalizados aos ativos vinculados à infraestrutura da concessão e identificou itens que não se enquadram para reconhecimento como ativo e procedeu ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos conforme CPC 23 – Retificação de Erro.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo financeiro e no ativo intangível a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRT, Despacho ANEEL nº 1.073 de 11 de abril de 2013, sem impactar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.
- (c) Transferência do Intangível em curso em decorrência do processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 81.213, líquida da transferência para o intangível em serviço em decorrência de reclassificação no montante de R\$ 4.970.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em março de 2030. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

15. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

		31/12/13				31/12/12	01/01/12
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>							
Direito de uso da concessão	4,69	3.383.269	(1.519.228)	(177.236)	1.686.805	1.679.529	1.522.571
<u>Em curso</u>							
Direito de uso da concessão		294.715		(31.443)	263.272	155.182	189.516
Total		<u>3.677.984</u>	<u>(1.519.228)</u>	<u>(208.679)</u>	<u>1.950.077</u>	<u>1.834.711</u>	<u>1.712.087</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	3.106.120	(1.384.084)	(199.466)	1.522.571	195.709	(6.193)	189.516	1.712.087
Adições	-	-	-	-	513.078	(7.833)	505.245	505.245
Baixas	(251.855)	217.626	513	(33.716)	98	-	98	(33.618)
Amortizações	-	(155.570)	9.673	(145.897)	-	-	-	(145.897)
Transferências - Intangíveis	545.964	-	(7.655)	538.309	(545.964)	7.655	(538.309)	-
Transferências - Ativos financeiros	(187.291)	-	16.010	(171.281)	-	-	-	(171.281)
Transferências - Outros	25.137	(55.594)	-	(30.457)	(1.368)	-	(1.368)	(31.825)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.238.075	(1.377.622)	(180.925)	1.679.529	161.553	(6.371)	155.182	1.834.711
Adições	-	-	-	-	380.605	(25.208)	355.397	355.397
Baixas	(28.196)	19.037	-	(9.159)	(693)	-	(693)	(9.852)
Amortizações	-	(161.889)	9.440	(152.449)	-	-	-	(152.449)
Transferências - Intangíveis	170.455	-	(5.751)	164.703	(170.455)	5.751	(164.703)	-
Transferências - Ativos financeiros	(4.970)	-	-	(4.970)	(84.304)	3.091	(81.213)	(86.183)
Transferências - Outros	7.905	1.245	-	9.150	8.008	(8.706)	(698)	8.452
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.383.269	(1.519.228)	(177.236)	1.686.805	294.715	(31.443)	263.272	1.950.077

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como concessão de serviço público (ativo financeiro) (vide nota explicativa nº 14).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

16. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 é como segue:

Fornecedores	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Energia elétrica:	255.820	272.641	187.456
Terceiros	173.582	200.163	119.306
Partes relacionadas	82.238	72.478	68.150
Encargos de uso da rede	29.329	52.701	21.413
Terceiros	29.267	52.629	21.345
Partes relacionadas	62	72	68
Materiais e serviços	70.458	38.551	52.527
Terceiros	70.004	38.162	51.259
Partes relacionadas	454	389	1.268
Energia livre	28.186	26.030	23.994
Total	383.793	389.923	285.390
Circulante	349.048	350.775	261.396
Não circulante	34.745	39.148	23.994

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADÉE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante	31/12/13	Total 31/12/12	01/01/12
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a	-	-	-	-	10.979	21.992
BNB	10% a.a	-	-	-	-	1.407	16.811
BNB 6	10% a.a	71	26.884	40.327	67.282	94.195	121.108
(-) Custos de transação		-	(69)	(40)	(109)	(210)	(348)
		71	26.815	40.287	67.173	93.985	120.760
BNDES FINEM	TJLP + 4,3% aa / TJLP + 2,12% aa / TJLP + 3,12% aa / 4,5% aa TJLP + 1,82% aa / TJLP + 2,82% aa / 5,5% aa	884	80.131	231.441	312.456	330.535	261.945
(-) Custos de transação		-	(1)	(1)	(2)	(4)	(7)
		884	80.130	231.440	312.454	330.531	261.938
Eletrobrás	5% a.a	-	9.319	22.137	31.456	41.098	54.931
(-) Custos de transação		-	(17)	(23)	(40)	(54)	(89)
		-	9.302	22.114	31.416	41.044	54.842
FINEP	TJLP + 2% a. a / 5% a a / 5,24% a.a	60	6.644	21.040	27.744	34.403	41.062
(-) Custos de transação		-	(63)	(80)	(143)	(220)	(314)
		60	6.581	20.960	27.601	34.183	40.748
Banco do Brasil	108% CDI	-	-	145.000	145.000	208.352	181.236
Operações com swap		-	-	-	-	(21.398)	(8.721)
		-	-	145.000	145.000	186.954	172.515
Banco do Brasil	108% CDI	-	-	75.000	75.000	89.757	82.892
(-) Custos de transação		-	-	-	-	(627)	(1.190)
		-	-	75.000	75.000	89.130	81.702
FINEP	4,00% a.a	28	3.167	12.668	15.863	9.259	-
(-) Custos de transação		-	(45)	(80)	(125)	(92)	-
		28	3.122	12.588	15.738	9.167	-
BNDES FINEM / FINAME 8	TJLP + 1,70% aa / TJLP + 2,70% aa / 3% a.a	415	-	153.290	153.705	-	-
Outros	2,6% a.a	5	7	-	12	17	52
Total moeda nacional		1.463	125.957	700.679	828.099	797.397	771.360
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	2% a a / 4,5% a a	1	1.625	3.535	5.161	5.788	6.205
Operações com swap		-	(221)	(1.022)	(1.243)	(781)	334
		1	1.404	2.513	3.918	5.007	6.539
CITI 4131	Libor + 0,97% a.a. 104,5% CDI	37	-	38.151	38.188	-	-
Operações com swap		-	244	84	328	-	-
Subtotal - CITI 4131		37	244	38.235	38.516	-	-
Total moeda estrangeira		38	1.648	40.748	42.434	5.007	6.539
(-) Garantias depósitos vinculados		-	-	(21.161)	(21.161)	(41.486)	(49.804)
Total		1.501	127.605	720.266	849.372	760.918	728.095

(a) Captações e renegociações de recursos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R\$ 43.200 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012. A Companhia recebeu ainda o valor de R\$ 153.290, referente ao financiamento de parte dos investimentos de 2013, proveniente do contrato nº 13.2.0294.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP: a Companhia recebeu R\$ 6.855 da FINEP, em agosto de 2013, para financiar o seu Projeto de Inovação, proveniente do contrato de financiamento assinado em novembro de 2011. O contrato tem vencimento em dezembro de 2018, será amortizado em 61 parcelas mensais a partir de dezembro de 2013, com custo de 4% a.a. e juros pagos mensalmente.

Eletrobrás: A Companhia recebeu R\$ 579 da Eletrobrás para custear a recuperação do seu sistema elétrico, proveniente do contrato de financiamento assinado em outubro de 2010. O contrato tem vencimento em dezembro de 2017, será amortizado em 60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, com custo de 7% a.a. e juros pagos mensalmente.

Citibank: A Companhia realizou captação em moeda estrangeira para cobertura de caixa no valor de USD 17.000, equivalentes a R\$ 39.100, com custo de Libor USD 3M mais taxa de 0,97% a.a., com swap para 104,5% do CDI. O contrato será amortizado em parcela única no vencimento, em dezembro de 2018, e possui pagamento de juros trimestral.

Banco do Brasil: Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia realizou a rolagem de R\$ 220.000 em empréstimos junto ao Banco do Brasil, que tiveram seus vencimentos postergados para novembro de 2021, com amortização em sete parcelas anuais a partir de novembro de 2015, pagamento de juros semestrais e custo de 108% do CDI.

(b) Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2013:

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
BNB 6	27/06/08	R\$	Eletificação	10% a.a.	Não aplicável	2016	Recebíveis, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
CEF/COHAB	Diversos	R\$	Eletificação Conj. Habitacional	TR + 1,6% a.a.	Não aplicável	2014	Receita Própria, Aval Governo do Estado e Fiança Bancária.
ECF 0018 UFIR	01/07/04	R\$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2016	Receita Própria.
ECF 0115 UFIR	17/11/05	R\$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2017	Receita Própria e Nota Promissória
ECF EMERGENCIAL 2871/2010	28/10/10	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5 % a.a.	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia.
FINEP	14/10/09	R\$	Pesquisa e Desenvolvimento	(TJLP-6%) + 5% a a	Não aplicável	2018	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
KFW 1	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	2% a.a.	72,5% do CDI	2026	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
KFW 2	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	4,5% a.a.	92% do CDI	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (C3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (D3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 3,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (E3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	4,5% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R\$	Rest. da Dívida	108% CDI	Não aplicável	2021	Clean
BNDES 7 - FINEM (Q4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (O4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (O8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (Q8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	28/01/11	R\$	Rest. da Dívida	108% CDI	Não aplicável	2021	Clean
BNDES 7 - FINEM (A8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2017	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (B8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2017	Aval Neoenergia
FINEP 2011	25/11/11	R\$	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	4% a.a	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 8 - FINEM (A2)	27/06/13	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,70%	Não aplicável	2021	Aval Neoenergia
BNDES 8 - FINEM (B2)	27/06/13	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,70%	Não aplicável	2021	Aval Neoenergia
BNDES 8 - FINEM (C2)	27/06/13	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,70%	Não aplicável	2021	Aval Neoenergia
BNDES 8 - FINEM (D2)	27/06/13	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,70%	Não aplicável	2021	Aval Neoenergia
BNDES 8 - FINEM (E2)	27/06/13	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	3% a.a.	Não aplicável	2023	Aval Neoenergia
CITIBANK	03/12/13	US\$	Cobertura de caixa	Libor USD 3M + 0,97% a.a. + vc	104,5% CDI	2018	Aval Neoenergia

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

O total devido em moeda nacional e em moeda estrangeira da Companhia desdobra-se da seguinte forma:

Moeda Nacional	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Juros pré-fixados	189.944	22,9%	431.234	54,1%	443.674	55,6%
TJLP	418.145	50,5%	277.015	34,7%	245.933	30,8%
TR	7	0,0%	17	0,0%	52	0,0%
CDI	220.003	26,6%	89.131	11,2%	81.701	10,2%
Total	828.099	100,0%	797.397	100,0%	771.360	96,7%
Principal	826.636		729.461		731.497	
Encargos	1.463		67.936		39.863	

Moeda Estrangeira	Moeda de Origem	31/12/13		Moeda de Origem	31/12/12		Moeda de Origem	01/01/12	
		R\$	%		R\$	%		R\$	%
Dólar norte americano	17.000	38.517	90,8%		-	0,0%		-	0,0%
Euro	1.741	3.917	9,2%	1.993	5.007	100,0%	2.496	6.539	100,0%
Total		42.434			5.007			6.539	
Principal		42.396			5.007			6.539	
Encargos		38			-			-	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012:

Moeda / Indexador	Variação %		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12
EURO	19,90	10,73	9,25
Dólar norte-americano	14,64	8,94	12,58
IGP-M	5,51	7,82	5,10
FINEL	-	-	1,00
TJLP	5,00	5,75	6,00
CDI	8,05	8,95	11,64
SELIC	8,30	8,66	11,84
TR	0,19	0,38	1,26

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/13			31/12/12			01/01/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	-	-	-	-	-	-	98.563	(816)	97.747
2014	-	-	-	327.301	(188)	327.113	309.686	(165)	309.521
2015	169.110	(127)	168.983	115.228	(104)	115.124	89.836	(85)	89.751
2016	154.859	(65)	154.794	89.334	(46)	89.288	63.831	(33)	63.799
2017	129.759	(26)	129.733	64.288	(19)	64.269	35.971	(10)	35.961
2018	125.568	(5)	125.563	25.215	(3)	25.212	11.694	-	11.694
2019	55.859	-	55.859	87	-	87	87	-	87
Após 2019	106.495	-	106.495	691	-	691	691	-	691
Total obrigações	741.650	(223)	741.427	622.144	(360)	621.784	610.360	(1.109)	609.251
(-) Garantias depósitos vinculados			(21.161)			(34.367)			(49.804)
Total			720.266			587.417			559.447

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	167.108	554.448	1.540	4.999	728.095
Ingressos	18.730	127.453	-	-	146.183
Encargos	64.751	-	260	-	65.011
Variação monetária e cambial	-	-	132	499	631
Swap	-	(6.791)	(434)	(394)	(7.619)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(67)	3	3	(61)
Transferências	107.442	(107.442)	1.335	(1.335)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(178.860)	(11)	(1.601)	-	(180.472)
(-) Mov. depósitos em garantia	(7.118)	15.436	-	-	8.318
(-) Custos de transação	213	619	-	-	832
Saldos em 31 de dezembro de 2012	172.266	583.645	1.235	3.772	760.918
Ingressos	8.555	195.337	-	39.100	242.992
Encargos	67.047	-	257	-	67.304
Variação monetária e cambial	-	-	271	1.433	1.704
Swap	12.035	(2.442)	158	(1.148)	8.603
Efeito cumulativo marcação a mercado	117	(74)	-	(865)	(822)
Transferências	110.303	(110.303)	1.544	(1.544)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(250.658)	-	(1.779)	-	(252.437)
(-) Mov. depósitos em garantia	7.119	13.206	-	-	20.325
(-) Custos de transação	636	149	-	-	785
Saldos em 31 de dezembro de 2013	127.420	679.518	1.686	40.748	849.372

(c) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos do BNDES e do Citibank preveem a manutenção de índices financeiros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

Citibank 4131: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BNDES Finem 7: Patrimônio líquido / Exigível total $\geq 45\%$, Ebitda / Receita operacional líquida $\geq 20\%$, Ebitda / Serviço da Dívida $\geq 1,2$, Ativo Circulante / Passivo Circulante $\geq 0,4$.

BNDES Finem 8: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Os índices financeiros são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	31/12/13			31/12/12	01/01/12
					Encargos	Principal		Total	Total
					Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
2ª Emissão	1ª	40.000	108,5% do CDI		-	-	-	-	99.113
(-) Custos de transação					-	-	-	-	(162)
					-	-	-	-	98.951
4ª Emissão	Única	36.000	111,3% do CDI	13,9% a.a.	7.150	-	360.000	367.150	365.113
(-) Custos de transação					-	(312)	(389)	(701)	(1.015)
					7.150	(312)	359.611	366.449	367.013
Total					7.150	(312)	359.611	366.449	463.049
									651.112

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Os índices financeiros são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

(b) Garantias

Para a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/13			31/12/12			01/01/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2013	-	-	-	-	-	-	97.959	(476)	97.483
2014	-	-	-	-	(312)	(312)	-	(312)	(312)
2015	144.000	(247)	143.753	144.000	(247)	143.753	144.000	(247)	143.753
2016	144.000	(124)	143.876	144.000	(123)	143.877	144.000	(123)	143.877
2017	72.000	(18)	71.982	72.000	(19)	71.981	72.000	(19)	71.981
Total	360.000	(389)	359.611	360.000	(701)	359.299	457.959	(1.177)	456.782

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	194.330	456.782	651.112
Encargos	50.770	-	50.770
Transferências	97.820	(97.820)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(239.864)	-	(239.864)
(-) Custos de transação	694	337	1.031
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.750	359.299	463.049
Encargos	34.168	-	34.168
Amortizações e pagamentos de juros	(131.245)	-	(131.245)
(-) Custos de transação	165	312	477
Saldos em 31 de dezembro de 2013	6.838	359.611	366.449

19. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Ref.:	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Salários		5.943	6.668	5.451
Provisões férias e 13º salário		6.961	6.380	5.913
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário		3.983	4.327	3.580
Provisão PLR	(a)	8.324	4.900	2.541
Outros		918	768	804
Total		26.129	23.043	18.289

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 8.324 (R\$ 4.900 em 2012 e R\$ 2.541 em 2011).

20. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Reserva Global de Reversão – RGR		-	-	3.015
Conta de Consumo de Combustível – CCC		3.803	11.299	16.710
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		629	2.234	1.995
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.198	1.210	925
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		599	605	462
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	17.082	22.936	25.799
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	18.939	21.408	9.866
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		375	491	491
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		-	-	6.936
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	1.815	1.388
Total		42.625	61.998	67.587
Circulante		18.625	18.785	29.290
Não circulante		24.000	43.213	38.297

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	315	255	373
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	75.267	75.962	80.854
Programa de integração social - PIS	3.500	3.411	3.659
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	16.121	15.730	16.856
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.243	2.185	2.423
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	783	1.045	988
Imposto sobre serviços - ISS	1.739	1.445	1.564
Parcelamento de tributos		-	790
Outros	6.315	6.144	6.033
	<u>106.283</u>	<u>106.177</u>	<u>113.540</u>
Não circulante			
Imposto de renda - IR	-	-	1.654
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.654</u>
Total	<u><u>106.283</u></u>	<u><u>106.177</u></u>	<u><u>115.194</u></u>

22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos aos seus acionistas, da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2013</u>					
AGO de 26 de abril de 2013	Dividendos	15.116	0,2023950	0,2023950	0,2226345
<u>2012</u>					
AGO de 18 de abril de 2012	Dividendos	58.050	0,7772528	0,7772528	0,8549781

O Lucro Líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi utilizado para absorção parcial dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, desta forma não houve distribuição de lucros aos acionistas, referente ao exercício corrente sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, as ações preferenciais classe “A” terão direito ao recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% ao ano sobre o lucro líquido, e no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais classe “B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>31/12/12</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u>	
Ações ordinárias	2.240
Ações preferenciais classe "A"	1.512
Ações preferenciais classe "B"	<u>28</u>
Total	<u>3.779</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(29.261)
Incentivo fiscal SUDENE	(12)
Absorção de prejuízo acumulado	(88.116)
Amortização do ágio incorporado	54.413
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(35.913)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	<u>18.500</u>
Base de cálculo do dividendo	<u>15.116</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	<u>3.779</u>
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</u>	
Dividendos Propostos - R\$ 0,0337821 por ação ON e R\$ 0,1997581 por ação PNA e R\$ 0,0371603 por ação PNB (2011 R\$ 0,00 por ação ON e R\$ 0,00 por ação PNA e R\$ 0,00 por ação PNB)	3.779
Dividendos adicionais propostos - R\$ 0,1686130 por ação ON e R\$ 0,0026369 por ação PNA e R\$ 0,1854743 por ação PNB (2011 R\$ 0,7772528 por ação ON e R\$ 0,7772528 por ação PNA e R\$ 0,8549781 por ação PNB)	11.337
Total Bruto	<u><u>15.116</u></u>

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2013, é como segue:

Saldos em 01 de janeiro de 2012	22.653
Declarados	58.050
Propostos	3.779
Pagos no período	(80.263)
Prescritos	<u>(105)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.114
Declarados	11.337
Pagos no período	(15.117)
Prescritos	<u>(169)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u><u>165</u></u>

23. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 10.090 classificadas no passivo circulante (R\$ 17.187 em 2012 e R\$ 8.904 em 2011) e R\$ 58.227 no não circulante (R\$ 50.883 em 2012 e R\$ 51.659 em 2011) são compostas como segue:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	26.406	32.722	1.435	60.563
Constituição	15.572	18.957	-	34.529
Baixas/reversão	(17.987)	(17.682)	(7)	(35.676)
Atualização	2.786	5.829	39	8.654
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.777	39.826	1.467	68.070
Constituição	12.951	16.148	-	29.099
Baixas/reversão	(15.776)	(16.569)	(376)	(32.721)
Atualização	202	3.706	(39)	3.869
Saldos em 31 de dezembro de 2013	24.154	43.111	1.052	68.317

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado		
				31/12/13	31/12/12	01/01/12
Ex-empregados da Companhia	3.287	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.287	3.407	3.159
	16.574	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	2.057	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	20.329	1ª, 2ª e 3ª	Provável	20.329	23.022	22.912
	105.044	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	4.684	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Empregados	538	1ª, 2ª e 3ª	Provável	538	348	335
	131	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Total	152.644			24.154	26.777	26.406

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado		
					31/12/13	31/12/12	01/01/12
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	6.098	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.098	5.279	5.395
		3.063	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		5.930	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Indenização por perdas	(b)	3.705	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.705	10.212	6.203
		28.554	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		839	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	6.689	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.689	8.096	8.305
		76.397	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		7.107	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	7.230	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.230	6.222	3.402
		70.899	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		1.698	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Irregularidade de consumo		7.232	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.232	7.134	5.663
		32.306	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		1.792	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Empréstimo compulsório		19	1ª, 2ª e 3ª	Provável	19	16	14
		5.954	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		86	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Iluminação pública		1	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1	-	-
		4.401	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		1.816	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Negativação SPC e Serasa		3.127	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.127	1.904	1.063
		4.838	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		341	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Societário Ações		880	1ª, 2ª e 3ª	Provável	880	753	640
		8	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		17	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17	16	14
		2.571	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		6	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Outras	(e)	8.113	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.113	194	2.023
		62.246	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		4.416	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Total		<u>358.379</u>			<u>43.111</u>	<u>39.826</u>	<u>32.722</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(e) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado		
					31/12/13	31/12/12	01/01/12
ICMS	(a)	129.907	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		198	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
ISS	(b)	1.198	1ª, 2ª e 3ª	Provável	383	394	383
		15.518	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		1.196	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
CPMF		3.200	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
CSLL	(d)	2.316	1ª, 2ª e 3ª	Provável	179	189	184
		26.697	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
TLF/IPTU		2.403	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		287	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
PIS/COFINS		21.684	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
COFINS	(c)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	381	371
		18.571	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
IRPJ	(d)	6.916	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	503	490
		691.173	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Taxas Diversas		5.630	Administrativa	Possível	-	-	-
		4.566	Administrativa	Remota	-	-	-
Outras	(e)	51.492	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		28	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Total		<u>987.524</u>			<u>1.052</u>	<u>1.467</u>	<u>1.435</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS

(a.1) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(a.2) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da suposta utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de fornecedores Micro Empresa e créditos em

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente foi objeto de impugnação administrativa.

(a.3) Auto de infração lavrado contra a Companhia, referente à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos de 1999.

(a.4) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 12/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(a.5) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas incidente sobre aquisições fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(a.6) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(b) ISS – Refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(c) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(d) IRPJ / CSLL

(d.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(d.2) Possível – Autos de infração lavrados em 2007 e 2010, referente aos anos-calendários 2001 a 2008 e nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização. Os autos encontram-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(e) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Receita Federal do Brasil – RFB envolvendo diversos tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas e fiscais.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Consumidores	(a)	13.359	12.165	12.135
Empregados - adiantamento acordo coletivo		20	17	9
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		-	6.221	6.393
Convênios		7.731	47	22
Caução em garantia	(b)	36.803	24.823	9.876
FGTS conta empresa		129	129	129
Encargos CBEE		-	1.678	1.680
Taxa Iluminação Pública - TIP	(c)	1.881	8.590	8.466
Adiantamentos recebidos	(d)	13.481	17.587	19.930
Cooperativas - Aquisição de ativos	(e)	46.655	73.318	-
Outros créditos a receber		6.021	4.604	3.602
Total		<u>126.080</u>	<u>149.179</u>	<u>62.242</u>
Circulante		101.056	127.558	54.572
Não circulante		25.024	21.621	7.670

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Taxa de iluminação pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.
- (d) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 10 – Serviços em Curso).
- (e) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Celpe, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL através da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal e principais acionistas é a seguinte:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionistas	Nº de Ações mil							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.023	99,6	464	6,1	400	53,9	66.887	89,6
Outros	280	0,4	7.103	93,9	342	46,1	7.725	10,4
Total	66.303	100,0	7.567	100,0	742	100,0	74.612	100,0

Acionistas	R\$ mil							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.229	99,6	3.672	6,1	3.167	53,9	529.069	89,6
Outros	2.216	0,4	56.184	93,9	2.706	46,1	61.105	10,4
Total	524.445	100,0	59.856	100,0	5.873	100,0	590.174	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. (vide nota explicativa nº 12).

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº 0157/2011, com validade até 2019, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 7.738 (R\$ 12 em 2012) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando este incentivo, de redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

Outros resultados abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente será reconhecido em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, que englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	31/12/2013	31/12/2012
Fornecimento de energia	(a)	1.882.759	1.908.798
Receita de distribuição		1.845.501	1.864.358
Remuneração financeira wacc		37.258	44.440
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	35.968	93.246
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	2.165.392	2.472.502
Receita de distribuição		2.152.296	2.414.970
Remuneração financeira wacc		13.096	57.532
Receita de construção da infraestrutura da concessão		344.225	513.849
Outras receitas	(d)	110.951	60.782
Total receita bruta		4.539.295	5.049.177
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(1.255.786)	(1.503.316)
Total receita operacional líquida		3.283.509	3.545.861

(a) Fornecimento de Energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Consumidores:						
Residencial	2.927.466	2.845.013	4.563.382	4.028.386	1.588.697	1.658.224
Industrial	11.999	12.498	1.419.497	1.525.769	465.724	595.109
Comercial	203.266	200.777	2.316.330	2.208.396	914.740	1.017.760
Rural	156.290	156.183	664.869	643.751	131.842	146.755
Poder público	22.891	22.150	661.924	612.058	242.913	272.239
Iluminação pública	5.455	5.294	416.800	384.963	96.842	101.562
Serviço público	3.205	3.024	616.821	621.726	133.939	192.542
Consumo próprio	261	253	12.664	12.620	-	-
Suprimento	18	28	-	-	59	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	3.021	26.941
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	(2.009.076)	(2.284.501)
	3.330.851	3.245.220	10.672.287	10.037.669	1.568.701	1.726.631
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	314.058	182.167
Total	3.330.851	3.245.220	10.672.287	10.037.669	1.882.759	1.908.798

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não auditadas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Revisão Tarifária Periódica (*)

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.519 de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 0,18%, sendo 1,60% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,42% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 1,32% a ser percebido pelos consumidores cativos.

	Ref.	31/12/13
Receita Verificada	(1)	2.816.574
Encargos Setoriais		164.684
Compra de Energia Elétrica		1.634.583
Transporte de Energia		73.234
Parcela A		1.872.501
Remuneração Bruta de Capital		242.788
Quota de Reintegração Regulatória		149.357
Empresa de Referência		582.516
Inadimplência		38.397
Parcela B		1.013.058
Receita Requerida (Parcela A +B)		2.885.559
(-) Outras Receitas		(23.934)
Receita Requerida Líquida	(2)	2.861.625
Componentes Financeiros	(3)	(41.800)
CVA		(12.219)
Sobrecontratação		(53.245)
Subsídio a Irrigantes e Aquicultores		2.538
Exposição financeira		2.817
Programa Social Luz Para Todos		(29)
Parcela de Ajuste Conexão		(4)
Outros Componentes		18.343
Reposicionamento Econômico [(2) / (1)]	(4)	1,60%
Componentes Financeiros [(3) / (2)]	(5)	-1,42%
Reposicionamento Tarifário [(4) + (5)]		0,18%

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2013 com vigência até 28 de abril de 2014.

(*) Informações não auditadas

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		156.316	188.001
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	2.009.076	2.284.501
		<u>2.165.392</u>	<u>2.472.502</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Outras receitas

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Renda da prestação de serviços		14.777	15.233
Arrendamentos e aluguéis		19.578	21.875
Serviço taxado		4.839	6.352
Taxa de iluminação pública		7.216	7.947
Administração de faturas de fraudes		1.042	(7.241)
Comissão serviços de terceiros		438	469
Multa infração consumidor		6.672	6.241
Ressarcimento Energia	(1)	55.735	8.769
Outras receitas		654	1.137
		<u>110.951</u>	<u>60.782</u>

(1) Ressarcimento de energia ocorre para distribuidora quando da indisponibilidade e/ou geração de energia das usinas térmicas inferior ao Despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema), para fazer face aos custos adicionais do despacho de usinas mais caras.

(e) Deduções da receita bruta

	31/12/13	31/12/12
IMPOSTOS:		
ICMS	(835.003)	(894.149)
PIS	(66.745)	(74.301)
COFINS	(307.469)	(342.210)
ISS	(1.642)	(2.121)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.831)	(24.760)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(7.548)	(26.809)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(5.189)	(97.757)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(14.408)	(18.308)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(5.980)	(5.724)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(2.990)	(2.862)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(5.981)	(5.729)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	(8.586)
Total	<u>(1.255.786)</u>	<u>(1.503.316)</u>

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/13			31/12/12	
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(83.800)	(29.512)	(49.164)	(162.476)	(121.668)
Administradores	-	-	(3.030)	(3.030)	(3.887)
Entidade de previdência privada	(4.901)	(1.754)	(7.955)	(14.610)	(13.352)
Material	(8.262)	(331)	(89)	(8.682)	(10.772)
Combustível para produção de energia	(7.513)	-	-	(7.513)	(4.129)
Serviços de terceiros	(158.245)	(68.937)	(57.800)	(284.982)	(252.115)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(4.852)	-	-	(4.852)	(5.897)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.820.711)	-	-	(1.820.711)	(1.716.008)
Encargos de uso de rede	(114.854)	-	-	(114.854)	(230.479)
Amortização	(114.575)	(23.826)	(11.383)	(149.784)	(184.484)
Arrendamentos e aluguéis	(563)	(721)	(694)	(1.978)	(1.968)
Tributos	(869)	(290)	(1.050)	(2.209)	(2.166)
Provisões líquidas - PCLD	-	(37.390)	-	(37.390)	(314.364)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(67.680)	-	(67.680)	(73.911)
Provisões líquidas - contingências	-	-	1.685	1.685	1.148
Provisões atuariais	-	-	-	-	(8.463)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(344.225)	-	-	(344.225)	(513.848)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento /desativação	-	-	2.416	2.416	(1.734)
Outros	(3.022)	(3.247)	(39.701)	(45.970)	(38.522)
Total custos / despesas	<u>(2.666.392)</u>	<u>(233.688)</u>	<u>(166.765)</u>	<u>(3.066.845)</u>	<u>(3.496.619)</u>

(a) Pessoal

	31/12/13	31/12/12
Remunerações	(91.980)	(59.979)
Encargos sociais	(41.808)	(39.820)
Auxílio alimentação	(10.380)	(9.659)
Convênio assistencial e outros benefícios	(5.105)	(5.221)
Rescisões	(6.828)	(8.644)
Férias e 13º salário	(21.342)	(20.255)
Plano de saúde	(10.018)	(3.260)
Contencioso trabalhista	(916)	(3.319)
Participação nos resultados	(12.559)	(9.835)
Encerramento de ordem em curso	(1.324)	(1.285)
(-) Transferências para ordens	39.784	39.609
Total	<u>(162.476)</u>	<u>(121.668)</u>

(b) Energia elétrica comprada para revenda

	31/12/13		31/12/12	
	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)
Terceiros	(1.345.002)	9.595.683	(1.259.776)	9.463.477
Partes relacionadas	(569.487)	3.548.676	(512.083)	3.555.218
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(100.502)	260.869	(28.221)	241.493
Proinfra	(66.580)	261.226	(55.330)	270.111
Encargo de Energia de Reserva - EER	(8.239)	-	(24.164)	-
Recurso CDE	82.597	-	-	-
Créditos de PIS e COFINS	186.502	-	163.566	-
Total	<u>(1.820.711)</u>	<u>13.666.453</u>	<u>(1.716.008)</u>	<u>13.530.299</u>

(1) Informações não auditadas.

(c) Custo com encargos de uso do sistema de transmissão

	31/12/13	31/12/12
Terceiros	(84.453)	(200.981)
Partes relacionadas	(681)	(1.496)
Encargos Serviço Sistema - ESS	(147.893)	(46.559)
Recurso CDE	109.363	-
Crédito PIS / COFINS	8.810	18.557
Total	<u>(114.854)</u>	<u>(230.479)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Amortização

	31/12/13	31/12/12
Quota de amortização no exercício	(153.251)	(187.683)
(-) Crédito PIS/COFINS	3.468	3.199
	<u>(149.784)</u>	<u>(184.484)</u>

(e) Outros custos e despesas operacionais

	31/12/13	31/12/12
Seguros	(1.044)	(1.009)
Doações e contribuições	(281)	(536)
Recuperação de despesa	7.074	7.682
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(2.254)	(1.704)
Despesas de viagem	(2.938)	(2.570)
Consumo próprio e energia elétrica	(5.521)	(6.367)
Propaganda e publicidade	(3.154)	(2.301)
Indenização processos cíveis e fiscais	(19.749)	(15.155)
Alimentação	(1.052)	(1.025)
Encerramento de ordem em curso	(169)	(303)
Contencioso Trabalhista - Terceiros	(14.242)	(13.163)
Outros	(2.640)	(2.071)
Total	<u>(45.970)</u>	<u>(38.522)</u>

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	31/12/13	31/12/12
Renda de aplicações financeiras	18.264	24.985
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	44.680	49.089
Variação monetária	24.853	18.257
Variação cambial	494	639
Operações swap	11.806	8.110
Receita Financeira da Concessão	14.860	13.763
Outras receitas financeiras	3.103	2.940
Total	<u>118.060</u>	<u>117.783</u>

Despesas Financeiras	31/12/13	31/12/12
Encargos de dívida	(105.649)	(115.662)
Variação monetária	(36.345)	(40.414)
Variação cambial	(2.210)	(1.285)
Operações swap	(968)	(846)
Multas regulatórias	(19.283)	(15.195)
Previdência Privada	(16.456)	(25.165)
Outras despesas financeiras	(16.939)	(13.001)
Total	<u>(197.850)</u>	<u>(211.568)</u>

29. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2013 foi de R\$ 12.559 (R\$ 9.834 em 2012 e R\$ 8.205 em 2011).

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/13			31/12/12		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(b)	Uso da Rede	149		2.612	347	-	6.659
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		1.655	-	-	685	-
			149	1.655	2.612	347	685	6.659
CELPE	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	374	374	-	536	536	-
COSERN	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	29	639	-	84	383	-
TERMOPEERNAMBUCO	(a.1)	Energia comprada		79.590	(547.529)	-	7.048	(492.858)
	(d)	Uso da Rede		44	(525)	-	39	(496)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		1.697	-	-	85	-
			-	81.331	(548.054)	-	7.172	(493.354)
ITAPEBI	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	587	116	-	841	387	-
GERAÇÃO CIII	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		39	-	-	72	-
NC ENERGIA	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		97	-	-	98	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(f)	Prestação de serviço		444	(5.301)	-	443	(5.625)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		19	-	-	25	-
			-	463	(5.301)	-	468	(5.625)
BAGUARI I	(a.2)	Energia comprada		333	(2.592)	-	310	(2.450)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		61	-	-	63	-
			-	394	(2.592)	-	373	(2.450)
BAHIA PCH I	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	65	-	-	37	-
RIO PCH I	(a.2)	Energia comprada	-	267	(2.080)	-	249	(1.967)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	61	-	-	41	-
			-	328	(2.080)	-	290	(1.967)
NEOENERGIA INVESTIMENTO	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		4	-	-	18	-
GOIAS SUL	(a.2)	Energia comprada	-	205	(1.597)	-	191	(1.509)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	38	-	-	21	-
			-	243	(1.597)	-	212	(1.509)
GERAÇÃO CÉU AZUL	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		3	-	-	4	-
SE NARANDIBA	(c)	Uso da Rede	-	1	(15)	-	3	(26)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	28	-
			-	1	(15)	-	31	(26)
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	6	-	-	23	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(c)	Uso da Rede	-	17	(141)	-	27	(242)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	91	-	-	132	-
			-	108	(141)	-	159	(242)
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		4	-	-	4	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	Energia comprada	-	1.806	(14.058)	-	1.680	(13.296)
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	246	-	-	276	-
			-	2.052	(14.058)	-	1.956	(13.296)
TELES PIRES PART.	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	-	-
CIA. TELES PIRES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		1.952	-	-	411	-
ENERGY WORKS	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		106	-	-	68	-
CAPUAVA	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		43	-	-	115	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÃO	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		22	-	-	43	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão		16	-	-	22	-

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/13			31/12/12		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CALANGO 1	(a.2)	Energia comprada	-	16	(76)	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	15	-	-	63	-
			-	31	(76)	-	63	-
CALANGO 2	(a.2)	Energia comprada	-	13	(65)	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	40	-	-	152	-
			-	53	(65)	-	152	-
CALANGO 3	(a.2)	Energia comprada	-	16	(76)	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	41	-	-	159	-
			-	57	(76)	-	159	-
CALANGO 4	(a.2)	Energia comprada	-	15	(70)	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	6	-	-	71	-
			-	21	(70)	-	71	-
CALANGO 5	(a.2)	Energia comprada	-	15	(75)	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	7	-	-	145	-
			-	22	(75)	-	145	-
MEL 2	(a.2)	Energia comprada	-	11	(120)	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	25	-	-	-	-
			-	36	(120)	-	-	-
ARIZONA 1	(a.2)	Energia comprada	-	14	(102)	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	45	-	-	-	-
			-	59	(102)	-	-	-
CAETITÊ 1	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	12	-	-	-	-
			-	12	-	-	-	-
CAETITÊ 2	(a.2)	Energia comprada	-	13	(145)	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	23	-	-	-	-
			-	36	(145)	-	-	-
CAETITÊ 3	(a.2)	Energia comprada	-	13	(147)	-	-	-
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	28	-	-	-	-
			-	41	(147)	-	-	-
POTIGUARSUL	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	-	-
BB - Banco do Brasil Investimentos	(h)	Empréstimos e Financiamentos	-	219.911	(33.724)	-	-	(27.803)
Celpos	(g)	Contrato de Mútuo	-	123.567	(15.940)	-	-	(8.552)
		Contribuição Patronal	-	136.260	(1.665)	-	-	(1.651)
			-	259.827	(17.605)	-	-	(10.203)
Neoenergia S.A.	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	345	-	-	-	-
	(e)	Ahugel/Comodato	-	-	(592)	-	-	(607)
			-	345	(592)	-	-	(607)
Amara Brasil	(f)	Prestação de serviço (almojarifado)	-	190	(703)	-	-	(2.593)
Outros Minoritários		Dividendos	-	114	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	51	-	-	-	-
			-	165	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:

(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL

Termopernambuco S.A. – Contrato sem número com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis e Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I- Contratos n^{os} CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato n^o CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos n^{os} CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato n^{os} CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 – Contrato n^o CCEAR 8318/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 2 – Contrato n^o CCEAR 8393/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 3 - Contrato n^o CCEAR 8408/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato n^o CCEAR 8423/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 - Contrato n^o CCEAR 8708/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 – Contrato n^o CCEAR 8723/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 - Contrato n^o CCEAR 8738/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 - Contrato n^o CCEAR 8753/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 5 - Contrato n^o CCEAR 8768/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Coelba – Contrato n^o FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

d) Contratos de conexão do sistema de transmissão (CCT)

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

e) Contrato de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020468 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil – Contrato nº 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.

g) Contrato de benefício

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

h) Contrato de empréstimo

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até novembro de 2021, corrigido pela taxa de juros de 108% do CDI. Contrato BB AGRO 2 com vigência até novembro de 2021, corrigido pela taxa de juros de 108% CDI.

i) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos).

30.1 Remunerações da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 2.580 (R\$ 3.336 em 2012 e R\$ 2.218 em 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

31. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas financeiras:

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantido para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis adquiridos com vencimento acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Indenização – Composto pelo reconhecimento das indenizações previstas pela construção de ativos de distribuição que não foram amortizados durante o período de concessão.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação,

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

- Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado da mesma forma como as dívidas a eles atreladas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

- ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap de moeda estrangeira para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 são como segue:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Valores de Referência						Efeito acumulado
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		Valor a receber/recebido - a pagar/pago
					31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13
Contratos de swap:											
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	EUR 288	EUR 325	R\$ 928	R\$ 837	1.033	930	
Passiva				72,5% do CDI			R\$ 727	R\$ 785	727	748	(14)
									306	182	
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	EUR 1.202	EUR 1.966	R\$ 3.877	R\$ 4.534	3.975	4.857	
Passiva				92% do CDI			R\$ 3.037	R\$ 4.251	3.037	4.260	
									938	597	146
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16% a.a	-	-	R\$ 0	R\$ 196.552	-	208.356	
Passiva				99,5% do CDI			R\$ 0	R\$ 186.958	-	186.957	
									-	21.399	19.277
Swap											
Ativa	Banco Citibank	03/12/13	03/12/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,97% a.a.)	USD 17.016	-	R\$ 39.868		39.060	-	
Passiva				104,5% do CDI			R\$ 39.388		39.388	-	
									(329)	-	
Total									915	22.178	19.409

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

Para os passivos financeiros classificados como mensurados a valor justo, aos quais são as dívidas vinculadas aos instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia adota a metodologia de determinação de valor justo projetando os fluxos com as características contratuais e a curva da BM&F. Para isso utiliza como taxa de desconto a taxa da ponta passiva do swap contratado. Não existe no mercado liquidez para as dívidas em moeda estrangeira, por isso foi adotada essa metodologia, considerando principalmente que a taxa da ponta passiva do swap reflete a precificação do mercado para o instrumento em questão.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos no item 3.13 desta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)						
Empréstimos e recebíveis	788.819	788.819	923.455	923.455	1.237.021	1.237.021
Contas a receber de clientes e outros	778.061	778.061	923.455	923.455	1.237.021	1.237.021
Recurso CDE	10.758	10.758	-	-	-	-
Mantidos até o vencimento	1.385	1.385	9.452	9.452	32.835	32.835
Títulos e valores mobiliários	1.385	1.385	9.452	9.452	32.835	32.835
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	156.298	156.298	192.714	192.714	238.220	238.220
Caixa e equivalentes de caixa	149.269	149.269	192.602	192.602	236.788	236.788
Títulos e valores mobiliários	7.029	7.029	112	112	1.432	1.432
Disponível para venda	356.549	356.549	257.900	257.900	113.475	113.475
Concessão do Serviço Público - Indenização	356.549	356.549	257.900	257.900	113.475	113.475
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)						
Mensurado pelo custo amortizado	(1.557.179)	(1.558.979)	(1.380.443)	(1.380.784)	(1.435.739)	(1.435.944)
Fornecedores	(383.793)	(383.793)	(389.923)	(389.923)	(285.390)	(285.390)
Empréstimos e financiamentos	(806.938)	(806.938)	(527.471)	(527.471)	(499.237)	(499.237)
Debêntures *	(366.448)	(368.248)	(463.049)	(463.390)	(651.112)	(651.317)
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	(43.349)	(43.349)	(192.742)	(192.742)	(178.720)	(178.720)
Empréstimos e financiamentos	(43.349)	(43.349)	(214.140)	(214.140)	(187.441)	(187.441)
Derivativos não designados como hedge accounting	-	-	21.398	21.398	8.721	8.721
BB AGRO	-	-	781	781	(334)	(334)
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	1.243	1.243	-	-	-	-
Citibank	(328)	(328)	-	-	-	-

* Valor de mercado é meramente informativo

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/13			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	356.549	356.549
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	149.269	-	-	149.269
Títulos e valores mobiliários	7.029	-	-	7.029
Passivos				
Passivos financeiros				
Mantidos para negociação				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	-	(5.161)	-	(5.161)
Citibank	-	(38.188)	-	(38.188)
Outros Passivos financeiros				
Derivativos não designados como hedge	-	1.243	-	1.243
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	-	(328)	-	(328)
Citibank	-	-	-	-
	<u>156.298</u>	<u>(42.434)</u>	<u>356.549</u>	<u>470.412</u>

Fatores de risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2013, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 163 (R\$ 13.439, resultado positivo em 2012 e R\$ 13.747, resultado negativo em 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é nulo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							R\$ Mil
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	2,3426	(39.862)	(482)	(602)	(723)
Swap Ponta Ativa em Dólar			2,3426	39.862	482	602	723
Exposição Líquida					-	-	-
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3,2265	(4.805)	(193)	(241)	(290)
Swap Ponta Ativa em Euro			3,2265	4.805	193	241	290
Exposição Líquida					-	-	-

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possui swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação da moeda estrangeira pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 158.527 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							R\$ Mil
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,1%	160.694	12.861	9.646	6.431
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	8,1%	586.449	(51.980)	(64.976)	(77.971)
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	8,1%	42.434	(3.520)	(4.400)	(5.280)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,0%	390.543	(28.451)	(33.333)	(38.215)

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

✓ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 134.142, sendo R\$ 132.119 em fundos exclusivos e R\$ 2.023 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente estão inclusos as previsões de fluxo de vencimentos das obrigações vinculadas às garantias oferecidas pela controladora à suas participadas de controle conjunto e coligadas.

	31/12/13							Acima de 5 anos
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2014	2015	2016	2017	2018	
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	(850.287)	(1.154.494)	(187.716)	(227.998)	(202.313)	(166.569)	(174.408)	(195.489)
Debêntures	(366.449)	(474.254)	(40.179)	(186.686)	(170.187)	(77.202)	-	-
Fornecedores	(383.793)	(383.793)	(349.048)	-	-	-	-	(34.745)
Passivos financeiros derivativos								
Não designados como hedge accounting:								
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	1.243	2.108	381	552	370	74	(18)	749
Citibank	(328)	5.773	(4.083)	(3.998)	(3.750)	(2.898)	20.501	-

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades-fim da Companhia, o que faz com que as Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriunda da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	149.269	192.602	236.788
Titulos e valores mobiliários	7.029	112	1.432
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber de clientes e outros (*)	1.393.581	1.501.585	1.500.787
Recurso CDE	10.758	-	-
Mantidos até o vencimento			
Titulos e valores mobiliários	1.385	9.452	32.835
Disponível para venda			
Concessão do Serviço Público - Indenização	356.549	257.900	113.475

(*) valor bruto não considerando PCLD

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nºs 17 e 18).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

32. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos do não circulante para compra de energia são como segue:

Vigência	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
2014 a 2042	1.904.358	2.027.333	2.204.727	2.398.249	2.646.432	62.888.990

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2013, e foram homologados pela ANEEL.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Plano nº 1 – CELPOS CD, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 2006 (que migraram do Plano BD). O CELPOS CD, por suas características de poupança individual (CD), não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

O Plano nº 2 – CELPOS BD, com características de benefício definido é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 2006. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Durante o exercício, findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 16.155 (R\$ 14.108 em 2012 e R\$ 13.847 em 2011).

As contribuições provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Custo do Imobilizado em Curso	135	109	117
Despesas Operacionais	14.250	13.243	12.674
Total	14.385	13.352	12.791

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante			Não Circulante		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Contrato de reconhecimento de dívida						
Benefícios a conceder	13.809	13.087	12.361	123.478	129.942	134.916
	13.809	13.087	12.361	123.478	129.942	134.916
Contribuição da patrocinadora						
Obrigação atuarial	-	-	-	133.668	217.205	131.060
Participação ativos	2.514	2.337	2.135	-	-	-
Desligados PDV	8	874	737	71	159	189
	2.522	3.211	2.872	133.739	217.364	131.249
Total	16.331	16.298	15.233	257.217	347.306	266.165

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a empregados

A Deliberação CVM nº 600/09, alterada pela Deliberação CVM 695/09 de 07 de outubro de 2009, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O parecer atuarial da CELPOS, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira da fundação em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 foram:

Planos de benefício / Contribuição	31/12/13	
	No. 1 - CD	No. 2 - BD
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,72%	11,72%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,72%	11,71%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,58%	6,58%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15%/(Tempo de Serviço + 1)	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000 segregada por sexo	AT2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	UP-84 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	50% da Light Fraca	50% da Light Fraca
	Não aplicável	50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 10% entre essa data e a data da Aposentadoria Normal e 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.
Probabilidade de ingresso em aposentadoria		
Planos de benefício / Contribuição	31/12/12	
	No. 1 - CD	No. 2 - BD
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,56%	9,56%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	9,56%	11,67%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,58%	6,58%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15%/(Tempo de Serviço + 1)	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000 segregada por sexo	AT2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	UP-84 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	50% da Light Fraca	50% da Light Fraca
	Não aplicável	50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 10% entre essa data e a data da Aposentadoria Normal e 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.
Probabilidade de ingresso em aposentadoria		

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Planos de benefício / Contribuição	01/01/12	
	No. 1 - CD	No. 2 - BD
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,99%	10,99%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,30%	11,49%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,58%	6,58%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15% / (tempo serviço +1)	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 Segregada por sexo	AT 2000 Segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	UP-84 Masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	50% da Light franca	50% da Light franca
	Não aplicável	50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 10% entre essa data e a data de aposentadoria normal e 100% na data da elegibilidade à aposentadoria normal.
Probabilidade de ingresso em aposentadoria		

Os valores reconhecidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	Plano BD			Plano CD		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	793.735	941.969	786.488	835	729	843
Valor justo dos ativos do plano	(522.701)	(580.703)	(472.191)	(5.949)	(4.876)	(3.149)
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	271.034	361.266	314.297	(5.114)	(4.147)	(2.306)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	-	-	-	4.572	3.378	1.626
Passivo (ativo) líquido	271.034	361.266	314.297	(542)	(769)	(680)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Plano BD			Plano CD		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Custo do serviço corrente	2.042	1.415	914	73	62	87
Juros sobre as obrigações atuariais	87.037	83.559	71.403	70	101	105
Rendimento esperado dos ativos do plano	(53.737)	(53.719)	(46.420)	(509)	(381)	(245)
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo)/passivo oneroso	-	-	-	323	179	114
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	35.342	31.255	25.897	(43)	(39)	61

Conforme previsto na Deliberação CVM nº 600/09, alterada pela Deliberação CVM nº 695/09 de 07 de outubro de 2009, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido e contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano BD			Plano CD		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Valor das obrigações no início do ano	941.969	786.488	687.038	729	843	879
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	2.042	1.415	914	73	63	87
Juros sobre a obrigação atuarial	87.037	83.559	71.403	70	101	105
Contribuições de participantes vertidas no ano	2.608	2.577	2.357	21	17	15
(-) (Ganho) / perda atuarial	(177.946)	125.961	80.375	(58)	(295)	(243)
(-) Benefícios pagos no ano	(61.975)	(58.031)	(55.599)	-	-	-
Valor das obrigações calculadas no final do ano	793.735	941.969	786.488	835	729	843

As movimentações no valor justo dos ativos do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	Plano BD			Plano CD		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Valor justo dos ativos no início do ano	580.703	472.191	446.177	4.876	3.149	2.088
Rendimento esperado no ano	53.737	49.943	46.420	509	381	245
Ganho / (perda) atuariais nos ativos do plano	(83.195)	84.909	2.867	(308)	455	174
Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	30.824	29.114	29.968	852	874	626
Contribuições de participantes	2.608	2.577	2.357	21	17	15
(-) Benefícios pagos pelo plano/empresa	(61.975)	(58.031)	(55.598)	-	-	-
Valor justo dos ativos no final do ano	522.702	580.703	472.191	5.950	4.876	3.148

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido e contribuição definida são:

	Plano BD	Plano CD
	2014	2014
Custo do serviço corrente	518	81
Juros sobre a obrigação atuarial	89.063	634
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(58.806)	(751)
Custos de amortizações	-	1.473
	30.775	1.437

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativa aos planos avaliados foram selecionadas pela Celpe, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela Celpos.

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, nos exercícios de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 são os seguintes:

	Plano BD			Plano CD		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Renda variável	15,00%	19,88%	21,13%	20,00%	20,90%	17,49%
Renda fixa	73,00%	66,67%	68,52%	76,00%	75,00%	77,57%
Imóveis	7,00%	5,00%	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	5,00%	8,45%	7,35%	4,00%	4,10%	4,94%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar e plano de saúde, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 2013, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 28.194 (R\$ 24.916 em 2012 e R\$ 21.213 em 2011).

34. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2013 à 08/10/2014	138.670.104	323.570
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2013 à 08/10/2014	127.321.615	297.090
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2013 à 08/10/2014		419.709
Transporte Nacional	08/10/2013 à 08/10/2014		-
Transporte Internacional	08/10/2013 à 08/10/2014		-
Veículos	08/10/2013 à 08/10/2014		24.476

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da Companhia é de R\$ 6.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela presente apólice de Responsabilidade Civil em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R\$ 9.000.

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias, devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos, e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por quinze dias em caso de sinistro ou roubo. Os Veículos são segurados a valor

de mercado, tomando como base a “Tabela Fipe”, não tendo um valor fixo a título de importância assegurada.

35. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

A Companhia pauta sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à Legislação Ambiental. As ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Empresa. Em 2013, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

- **Rede compacta / Linha verde**

Uma das ações de grande importância na preservação ambiental é a utilização de redes protegidas. Cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

- **Conservação de energia**

Visando a educação ambiental e a preservação dos recursos naturais, a Companhia vem investindo em projetos de eficiência energética, conforme obrigatoriedade estabelecida em contrato de concessão de energia.

A Celpe investe em projetos de diagnósticos e efficientização das instalações de clientes dos poderes públicos e privados, instituições beneficentes e educacionais e prédios tombados pelo Patrimônio Histórico.

Além de sensibilizar os clientes com o programa de Eficiência Energética, a Celpe doa equipamentos eficientes (geladeiras e lâmpadas), capacita agentes comunitários e municipais das prefeituras e promove ações educacionais nas universidades, escolas e comunidades carentes.

- **Certificação ambiental ISO 14001:2004**

Em 2013, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) manteve sua certificação, com base na versão da Norma ABNT NRB ISO 14001: 2004. Os processos que fazem parte do escopo do SGA são: “Serviços administrativos” (no Edifício Sede); “Geração de energia” (na Usina Tubarão, em Fernando de Noronha) e “Manutenção de Subestação” (nas Subestações Beberibe, João de Barros, Pina, São Caetano e Dom Avelar).

- **Licenciamento ambiental**

Considerando a essencialidade do cumprimento das Legislações Ambientais no âmbito federal, estadual e municipal, a Celpe assegura que todas as atividades e empreendimentos são licenciados pelos órgãos ambientais competentes.

O processo de licenciamento faz parte da rotina da Empresa, bem como sua renovação, que acontece anualmente. Para assegurar resultados mais eficazes, a Empresa possui um sistema de gerenciamento que permite o controle de licenças e outros diplomas legais. Através dele, a empresa é alertada sobre os prazos para petição e renovação de suas licenças e outorgas. O sistema permite também o gerenciamento das condicionantes de cada licença, possibilitando ao usuário a inserção de uma lista de verificação e cadastro de ações para atendimento.

- **Monitoramento das emissões atmosféricas e de ruídos**

Semestralmente, a Celpe realiza o monitoramento da qualidade do ar em decorrência da emissão de gases dos geradores da Usina Tubarão, localizada na Ilha de Fernando de Noronha, cujos resultados se mantêm de acordo com os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente. Além disso, realiza um estudo de dispersões de emissões gasosas que permite identificar a influência dos empreendimentos na qualidade do ar. Tal estudo indica que os poluentes da Usina Tubarão apresentam valores muito abaixo dos estabelecidos pela legislação.

Em relação aos veículos da Empresa, a Unidade de Transporte utiliza um opacímetro para monitorar os níveis de fumaça preta dos veículos a diesel da frota, sendo os veículos com emissões acima do padrão encaminhados para manutenção corretiva.

- **Compensação Ambiental**

A política de reposição florestal da Celpe obedece às normas vigentes, que estabelecem medidas compensatórias quando a necessidade de supressão e vegetação para a instalação de empreendimentos.

Em 2013, foi realizado o projeto de reposição florestal da Linha de Transmissão 69kV Ouricuri/Trindade, no Parque Municipal Josefa Coelho, em Petrolina-PE, com o plantio de aproximadamente 3.000 (três mil) mudas de dezoito espécies florestais nativas.

Ademais, a distribuidora mantém os projetos de reposição florestal das Linhas de Transmissão Bom Nome/Salgueiro e Pontal Sul II/Pontal, e a Subestação Pontal Norte com aproximadamente 1.000 (hum mil) mudas de plantas e em pleno desenvolvimento.

Para 2014, está previsto o início do projeto de reposição florestal das Redes de Distribuição e da Usina fotovoltaica da Arena Pernambuco, com aproximadamente 10.000 (dez mil) mudas da mata atlântica.

- **Programa controle de queimadas**

Desde 2009, a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, em parceria com a CHESF, IBAMA, CPRH, SINDAÇÚCAR e AFCP, promove a campanha de controle à queimadas sob linhas de transmissão de energia nos municípios da Zona da Mata do Estado de Pernambuco. A iniciativa visa sensibilizar a população, as usinas e os fornecedores de cana de açúcar quanto a

prática não controlada de queimadas, que podem danificar as redes de transmissão e distribuição de energia e provocar interferências no fornecimento.

A campanha teve início em agosto com oficinas de educação ambiental para capacitar professores e agentes de saúde como multiplicadores da ação. No total, 270 profissionais de educação e saúde dos municípios de Igarassu, Escada, Ribeirão, Goiana e Sirinhaém participaram das oficinas. Além desta ação, um grupo teatral realizou apresentações lúdicas em praças públicas e em escolas das localidades que receberam as oficinas, abordando situações que podiam provocar incêndios e, conseqüentemente, interrupção no fornecimento de energia elétrica.

Ainda, como forma de fiscalizar e orientar os produtores de cana de açúcar, o Grupo de Trabalho realiza de maneira sistemática visitas às áreas de plantio, e os esclarecimentos sobre a prática de queimadas são amplamente divulgados em emissoras de rádios de 54 municípios do Estado. As atividades estão concentradas na zona canavieira pernambucana, área mais vulnerável a incêndios sob as linhas de transmissão, que podem danificar a rede elétrica e provocar interferências ao fornecimento de energia.

Na safra 2008/2009, quando a campanha teve início, a Celpe e a Chesf contabilizaram, juntas, 53 ocorrências relacionadas à presença do fogo na extensão das linhas de transmissão de energia. Na safra 2012/2013, foram registradas 27 interferências. Como resultado das ações preventivas, no ciclo 2013/2014, foi contabilizada 5 ocorrências em Pernambuco até o momento.

- **Gestão do Manejo da Vegetação na Região Metropolitana do Recife**

Em 2013, no intuito de garantir a qualidade no fornecimento de energia elétrica e assegurar os benefícios que a vegetação proporciona aos cidadãos da Região Metropolitana do Recife, iniciou o diagnóstico da situação ambiental das redes de distribuição de 13,8kV da CELPE.

O projeto tem por objetivo indicar recomendações técnicas e ações preventivas para mitigar a interferência da vegetação que incide nos condutores e equipamentos energizados da rede de distribuição, além de promover o sistemático monitoramento dos riscos de interrupção do sistema elétrico.

Até o momento, foram diagnosticados aproximadamente 4000 (quatro mil) árvores sob as redes de distribuição da Celpe, sendo analisadas as condições fitossanitárias e a necessidade de poda ou erradicação da árvore.

- **Gerenciamento de resíduos**

A CELPE possui uma norma para o Gerenciamento de seus Resíduos, onde estabelece as obrigações/ações a serem tomadas para cada tipo de resíduo pela empresa contratada para o destino final. Entre os tratamentos dos resíduos da empresa, podem-se citar a reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores, e rerrefino do óleo lubrificante proveniente da Geração de Energia em Fernando de Noronha. Os resíduos recicláveis da Celpe, Classe I (perigosos) e

Classe II (não perigosos), são coletados, transportados e destinados para empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente.

O Edifício sede, a Usina Tubarão e os Núcleos Polivalentes da Celpe possuem um programa de coleta seletiva como parte do Sistema de Gestão Ambiental. Os colaboradores são sensibilizados a utilizar os coletores corretamente, por meio de campanhas internas, treinamentos, palestras, eventos e do documento Manual de Comportamento Ambiental.

A Celpe participa, ainda, ao lado das distribuidoras Coelba e Cosern, do Grupo NEOENERGIA, do projeto LOGISVERDE, uma prática de preservação de recursos naturais através de logística reversa (embalagens e materiais retornam para o início da cadeia produtiva). Consiste na reutilização dos carretéis de madeira que comportam condutores e cabos de energia usados na distribuição de energia elétrica.

- **Comissão Interinstitucional de proteção ao arboreto do Recife**

Desde 2011, a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, em conjunto com a MPPE, SEMAM, EMLURB, COMPESA, CREA, CTTU, DIRCON e UFRPE, constituem uma comissão para promover ações de sensibilização quanto a importância das árvores nos centros urbanos, desenvolver treinamentos aos profissionais que intervêm na vegetação circunscrita no município de Recife e elaborar manuais e procedimentos que auxiliem a fiscalização, por parte dos órgãos ambientais, dos serviços de poda e erradicação.

Como resultado, a comissão promoveu em 2013, campanhas educativas nos prédios da Prefeitura e agências de atendimento da CELPE e COMPESA, inseriu a temática nas contas de luz e no site da CELPE, desenvolveu o Manual de Arborização Urbana e o Programa de Planejamento e Plantio da Cidade do Recife, e elaborou a ementa do curso de capacitação dos profissionais que intervêm na vegetação circunscrita no município de Recife.

- **Outras atividades**

Projeto de P&D para geração de energia a partir de Biogás

A distribuidora iniciou Projeto de Pesquisa de Desenvolvimento (P&D) para geração de energia elétrica a partir do sistema de esgoto da Companhia Pernambucana de Saneamento. A iniciativa tem como finalidade criar a tecnologia necessária para transformar resíduos sólidos e efluentes líquidos em biogás.

O projeto de P&D, que faz parte do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), construirá um sistema de geração de energia renovável com potência estimada em 200 kW, em uma Estação de Tratamento de Esgoto da Compesa. Inicialmente, a energia gerada pelo biogás será utilizada na própria unidade de tratamento ou, caso haja excedente, injetada na rede da Celpe. O percentual não consumido pelo cliente e destinado à rede da concessionária será revertido em crédito para

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o consumidor, como prevê a Resolução Normativa nº 482/2012, que trata sobre geração distribuída.

Além de proporcionar a geração de energia limpa, o projeto em desenvolvimento pela Celpe ainda pode contribuir de forma decisiva para diminuir o déficit de tratamento de esgoto no País.

Projeto de P&D para desenvolvimento de ferramental de poda

A Celpe em parceria com a Associação Instituto de Políticas e Desenvolvimento participou do Projeto “Desenvolvimento de solução mecanizada para a poda de árvores com incidência sobre componentes energizados de linhas e redes aéreas de distribuição de energia elétrica”, o contrato foi firmado entre CELPE/AIPD, Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Energético regulado pela ANEEL (código ANEEL PD-0043-0311/2011), e apresentou testes do protótipo em laboratório, cujos módulos e conjuntos foram patenteados pela CELPE.

Destacamos abaixo os recursos aplicados de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

	Ativo		Resultado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Recursos aplicados	175.587	116.992	9.659	10.374

(*) Informação não auditada.